



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE JORNALISMO**



Vinicius de Carvalho Pacheco

**Verificação de fake news através de hiperinteligências**

Mariana  
2025

Vinicius de Carvalho Pacheco

**Verificação de fake news através de hiperinteligências**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Lara Linhalis

Mariana

2025

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P116v Pacheco, Vinicius De Carvalho Pacheco.  
Verificação de fake news através de hiperinteligências. [manuscrito] /  
Vinicius De Carvalho Pacheco Pacheco. - 2025.  
58 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Lara Linhalis Guimarães.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Desinformação. 2. Inteligência artificial. 3. Inteligência artificial -  
Aplicações educacionais. 4. Notícias falsas. 5. Verdade. I. Guimarães,  
Lara Linhalis. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Vinícius de Carvalho Pacheco**

### Verificação de fake news através de hiperinteligências

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em jornalismo

Aprovada em 08 de abril de 2025

#### Membros da banca

Profa. Dra. Lara Linhalis Guimarães - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
Profa. Dra. Débora Cristina Lopez - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Marcelo Freire Pereira de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto

Lara Linhalis Guimarães, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/05/2025



Documento assinado eletronicamente por **Lara Linhalis Guimarães, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/05/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0910436** e o código CRC **A79607AA**.

## AGRADECIMENTOS

Em memória e gratidão à minha saudosa mãe, Júnnia, que me permitiu sonhar, me ensinou sobre resiliência e sobre a infinitude de amar.

Agradeço ao meu pai, João, por seu cuidado imensurável e por me ensinar que a gentileza é a mais subestimada das virtudes.

Agradeço ao meu irmão Dé, por ser meu primeiro e maior parceiro, dividindo o que a vida tem de melhor e pior.

Agradeço à Analu, minha namorada, por ser minha melhor amiga e por acreditar em mim em momentos em que nem eu acreditava.

Agradeço à minha tia Beth, por ter me ensinado não só o básico, como amarrar meus cadarços, mas tantas outras coisas, e por ajudar a me criar com tanta dedicação.

Agradeço à minha prima Junninha, por ser minha irmã de coração e ter me apoiado em todas as vezes que precisei.

Agradeço à minha família Zezitos - primos, primas, tios, tias e avós - por serem minhas maiores referências e melhores companhias.

Agradeço ao Bolinha, meu padrasto, por ter sido ter sido presente da minha vida durante muitos anos.

Agradeço aos meus amigos da UFOP, especialmente Pedro e Augusto, por terem me ajudado a ressignificar minha vida no pior momento dela.

Agradeço aos amigos do Colégio Batista - Toledo, Riedel e Mogli - por terem crescido comigo e compartilhado momentos fundamentais na minha formação como sujeito.

Agradeço aos amigos Mamutes, pessoas em que tenho um carinho muito maior que o pouco tempo que caminhamos juntos.

Agradeço à toda comunidade da Segunda Igreja Presbiteriana de BH, especialmente o pastor Jorge, por terem me ajudado a me desenvolver como ser humano.

Agradeço à Lara, minha professora, orientadora e uma das minhas maiores referências na comunicação.

## RESUMO

Este trabalho busca investigar caminhos possíveis para o combate de fake news através do uso de tecnologias complexas, baseadas em armazenamento de dados e aprendizado de máquinas, na sociedade contemporânea. Tomando como referencial o conceito de "hiperinteligência", de autores como Massimo Di Felice, essa monografia trabalha a partir da perspectiva da construção de conhecimento para além das definições hegemônicas de "humanas" ou "artificiais" atribuídas às tecnologias. A pesquisa traça um retrospecto do desenvolvimento desse tipo de tecnologia desde o século XX, até chegar em exemplos comumente utilizados pelas pessoas nos dias de hoje. Em seguida, o trabalho aborda a epidemia da disseminação de fake news, em que se encontra a sociedade moderna, tomada pela globalização e digitalização dos meios de comunicação. A pesquisa diferencia esse fenômeno, em intencionalidade e forma de produção, do conceito de mera desinformação. Propõe uma análise qualitativa da iniciativa Fato ou Boato e da Agência Lupa, as quais agregam ferramentas de checagem. Isso será feito a partir de cinco princípios norteadores, definidos pela IFCN a fim de qualificar o trabalho de verificação de fatos, a saber: compromisso com apartidarismo e justiça, com os padrões e transparência das fontes, com a transparência do financiamento e da organização, com os padrões e transparência da metodologia e com uma política de correção aberta e honesta

**Palavras-chave:** Hiperinteligências. Inteligência Artificial. Fake news. Desinformação. Pós-Verdade.

## ABSTRACT

This study aims to investigate possible ways to combat fake news through the use of complex technologies based on data storage and machine learning in contemporary society. Taking as a reference the concept of "hyperintelligence" from authors like Massimo Di Felice, this monograph approaches knowledge construction beyond the hegemonic definitions of "human" or "artificial" attributed to technologies. The research traces the development of this type of technology from the 20th century to commonly used examples today. It then examines the epidemic of fake news dissemination in modern society, shaped by globalization and the digitalization of communication channels. The study differentiates this phenomenon, in terms of intentionality and production methods, from the mere concept of misinformation. It proposes a qualitative analysis of the Fato ou Boato initiative and the Agência Lupa, both of which incorporate fact-checking tools. This analysis will be guided by five key principles defined by the IFCN to ensure quality fact-checking work, namely: commitment to nonpartisanship and fairness, adherence to transparency standards in sourcing, transparency in funding and organization, methodological transparency, and an open and honest correction policy.

**Keywords:** Hyperintelligence. Artificial Intelligence. Fake news. Misinformation. Post-truth.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Google Fact Check Explorer.....	36
Imagem 2: Pesquisa de imagem da Google Fact Check.....	37
Imagem 3: Página inicial da Fato ou Boato.....	38
Imagem 4: Página de orientações da Fato ou Boato.....	39
Imagem 5: Interface Fato ou Boato.....	40
Imagem 6: Vídeos da Fato ou Boato.....	41
Imagem 7: Página inicial da agência Lupa.....	42
Imagem 8: Página de checagens da agência Lupa.....	44
Imagem 9: Página de educação da agência Lupa.....	45
Imagem 10: Classificações da agência Lupa.....	47

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS ATÉ O ALCANCE DAS HIPERINTELIGÊNCIAS.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Uma nova ecologia conectiva a partir de hiperinteligências.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 O impacto das linguagens sintéticas na sociedade moderna.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 A era pós-artificial e a transformação das sociedades.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A CONSTRUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO ATÉ A CHEGADA DAS FAKE NEWS.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 A desinformação na era da pós-verdade.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2 A construção da desinformação por fake news.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 Como as fake news se popularizaram na sociedade.....</b>	<b>25</b>
<b>4. ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE CHECAGEM DE FATOS.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 Fato ou Boato.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 Agência Lupa.....</b>	<b>42</b>
<b>4.3 Considerações sobre as iniciativas de checagem de fatos.....</b>	<b>50</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A incidência de fake news na contemporaneidade, impulsionada pela expansão da comunicação digital e da globalização, representa um problema complexo para a sociedade. As fake news são conteúdos falsos, criados e disseminados estrategicamente para a manipulação da opinião pública, com objetivos econômicos ou ideológicos.

O desenvolvimento de tecnologias de dados e aprendizado de máquinas tem proporcionado novas maneiras para combater esse fenômeno, principalmente a partir do conceito de hiperinteligências, desenvolvido por autores com Massimo Di Felice (2023). O autor propõe um novo paradigma de inteligência que perpassa as fronteiras entre o humano e o artificial, operando a partir de diferentes capacidades para resolver problemas complexos, como a checagem de fatos e o combate às fake news. Este trabalho buscou investigar as atuações de iniciativas de checagem de fatos com o objetivo de compreender suas implicações e avanços para o enfrentamento desse fenômeno nocivo, e discutir como a implementação de tecnologias de hiperinteligência podem atuar em conjunto com elas.

A escolha do tema se justifica pela consolidação de um sistema proliferador de fake news em exponencial que, segundo autores como Allcott e Gentzkow (2017), são produzidas intencionalmente para manipular as estruturas de poder político e econômico da sociedade, além de terem o potencial de determinar resultados de disputas eleitorais ao redor do mundo (Intervezes, 2019). A importância deste estudo está em descobrir, através da pesquisa descritiva de algumas iniciativas de checagem de fatos, como o trabalho de verificação e combate a fake news pode se favorecer da associação de tecnologias que funcionam a partir de hiperinteligências.

Este trabalho também busca responder à seguinte pergunta: como essas iniciativas de checagem de fatos podem ampliar sua atuação no rastreamento e combate das fake news na sociedade contemporânea? A pesquisa explorou duas dessas iniciativas existentes: a Fato ou Boato e a Agência Lupa. Elas foram avaliadas a partir dos cinco princípios norteadores da Agência Internacional de Checagem de Fatos (Internacional Fact-Checking Network - IFCN): compromisso com apartidarismo e justiça, com os padrões e transparência das fontes, com a transparência do financiamento e da organização, com os padrões e transparência da metodologia e, por fim, com uma política de correção aberta e honesta.

Como objetivo geral, este trabalho tenta investigar como as tecnologias de hiperinteligência podem ser aplicadas no combate às fake news, buscando uma abordagem eficaz para a checagem de fatos e a redução da disseminação das fake news.

Como objetivos específicos, esse trabalho busca analisar o conceito de hiperinteligência e suas implicações no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a verificação de fake news; estudar as diferenças entre fake news e desinformação, contextualizando seus impactos na sociedade moderna e avaliar a eficácia das iniciativas de combate a fake news que, de alguma forma, funcionam a base de hiperinteligência. A pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, a partir da pesquisa descritiva das iniciativas.

## 2. O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS ATÉ O ALCANCE DAS HIPERINTELIGÊNCIAS

O desenvolvimento de inteligências artificiais (IA) se iniciou há muitas décadas. Antes de se compreender esse advento como muito mais do que uma mera ferramenta, mas sim uma revolução na construção de conhecimento e novos caminhos de ordem filosófica, o começo dos estudos na área se deram muito gradativamente. A jornada para a aceitação dessa tecnologia passou por várias etapas.

Segundo Barbosa (2021), os principais fundamentos retóricos do estudo das IAs foram concebidos no início do século XX. Em 1943, Warren McCulloch e Walter Pitts publicaram o primeiro artigo que abordava a possibilidade de redes neurais simuladas em computadores serem capazes de iniciar uma nova revolução tecnológica. Nessa época o termo “Inteligência Artificial” ainda não havia sido definido, mas modelos matemáticos já começaram a ser discutidos pela comunidade científica.

Nesse período, renomados cientistas como Alan Turing já trabalhavam em projetos que, de alguma forma, se baseavam no desenvolvimento de máquinas inteligentes e independentes. A ideia de Turing era conceber um programa que fosse capaz de simular uma escrita feita por humanos. Além de ser considerado o pai da computação, e ter sido responsável por decifrar o enigma que traria uma grande vantagem ao grupo de países conhecido como “Aliados<sup>1</sup>”, na Segunda Guerra Mundial, a máquina de simulação de Turing foi uma peça importante para a compreensão de inteligência artificial como é definida atualmente.

A ideia era verificar se a máquina poderia emitir informações como se fosse uma pessoa, sem gerar desconfianças no receptor de que se tratava de um programa de computador. Para o autor, se isso ocorresse e pelo menos um terço dos participantes se sentisse convencido de que o diálogo travado havia sido com um humano, a máquina poderia ser considerada “inteligente” (Barbosa, 2021, p.94).

Outro cientista que ganhou notoriedade nessa época foi Claude Shannon. Em “Programming a Computer for Playing Chess” (Shannon, 1950), o autor discorre sobre a possibilidade de criar uma máquina capaz de estimar quantas posições possíveis seriam possíveis em um jogo de xadrez.

A década de 1950 foi uma das mais importantes para a determinação e surgimento de novos estudos nesse campo. O primeiro que teve relevância durante essa década, por exemplo, foi a calculadora “Snarc”, de Marvin Minsky, em 1951. Essa tecnologia era capaz de realizar operações matemáticas a partir da simulação de sinapses feitas pelo cérebro humano.

---

<sup>1</sup> Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética

Ela operava por meio do sistema operacional DOS, e usando componentes analógicos eletromecânicos, 40 neurônios foram feitos e conectados em uma rede, onde cada neurônio foi projetado usando um capacitor para memória de curto prazo e potenciômetro para memória de longo prazo. (Barbosa, 2021, p.94).

Na perspectiva de Kaufman (2020), o evento que consagrou os estudos de Inteligência Artificial dentro da comunidade científica também ocorreu nos anos 50. A conferência de Dartmouth, em 1956, reuniu todos os grandes nomes pioneiros nesse campo de pesquisa, além de outros pesquisadores importantes da comunidade. O objetivo era conquistar avanços na área através do trabalho coletivo. A máxima escolhida para definir o que se configura um estudo de inteligência artificial foi a ‘capacidade de simular um aprendizado se descrito de forma extremamente precisa’.

Com o conceito prático e teórico já bem definido, os estudos de IA receberam um investimento financeiro considerável durante essa época, tanto de setores privados quanto de pesquisas públicas. Uma das principais instituições que contribuíram para o mercado das IA's foi a ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa). A agência foi uma das responsáveis por estimular os estudos acadêmicos na área de inteligência artificial (Nilsson, 2009).

O aquecimento do mercado das inteligências artificiais fez com que outros conceitos desse campo ganhassem um aprofundamento durante essa década. Em 1959 o termo Machine Learning começou a ganhar popularidade nas discussões da comunidade. Esse conceito elevou os estudos de IA a um nível muito superior, isso porque parte do pressuposto que as máquinas podem ser capazes de aprender funções que não estariam em suas programações iniciais.

Já na década de 1960, Joseph Weizenbaum desenvolveu o primeiro exemplo do que hoje se entende como ChatBot. “Eliza”, como era chamado o sistema, simulava uma sessão de terapia com seu interlocutor, baseando suas respostas em busca de palavras-chave e diferentes estruturas sintáticas. “O robô apresentava aconselhamentos e frases sugestivas de empatia, a ponto de muito o considerarem um possível complemento nos processos psicoterápicos” (Barbosa, 2021, p. 95).

Embora as teorias de redes neurais simuladas caminhassem para avanços exponenciais, na prática, isso era muito diferente. Enquanto as discussões sobre Inteligência Artificial tomavam conta dos debates públicos dos debates públicos, seu desenvolvimento estagnou.

Muito disso pode ser atribuído ao período sócio-político em que o mundo atravessava. A sociedade ainda se recuperava de grandes crises diplomáticas e econômicas que impediam

o investimento de novas inteligência artificial. Por conta disso, não houve grandes investimentos em IA na década de 1970.

Durante seus anos iniciais, a área foi cercada de previsões otimistas e em alguns casos mirabolantes. O entusiasmo sofreu um duro golpe em 1974, quando um relatório encomendado pelo parlamento britânico indicou que a área falhava na prática. Durante vários anos subsequentes o financiamento da área foi reduzido em todo o mundo, um período que hoje é conhecido como “inverno da IA” (Cozman, 2018, p.33).

A época foi marcada por desafios técnicos e expectativas inalcançáveis para esse advento. Como consequência, os investimentos financeiros e o interesse na área foram caindo gradativamente.

No final dos anos 80 a história teve outra reviravolta. Os avanços dos estudos em diversas outras áreas da computação fizeram com o que o debate sobre IA se acendesse novamente dentro comunidade científica. “Alguns deles viriam favorecer a IA e, dialeticamente, ela também daria sua contribuição a eles, como foi o caso da difusão da internet comercial em meados da década de 1990” (Barbosa, 2021, p. 95).

Para Barbosa (2021), o surgimento da internet se deu através da criação de sistemas de navegação inteligentes. Esses sistemas eram baseados em bancos de dados e redes neurais complexas, que foram essenciais para o desenvolvimento dos mecanismos de busca que existem na era digital atual.

Esses mecanismos vasculhavam a rede de computadores automaticamente, e classificavam as pesquisas otimizando o tempo de trabalho dos usuários. Isso foi um fator determinante para a popularidade da internet no mundo todo. O desenvolvimento do Big Data forneceu uma quantidade massiva de informações para treinar algoritmos de aprendizado de máquina, levando a avanços significativos em áreas como processamento de linguagem natural, reconhecimento de padrões e robótica.

Também na década de 90, a comunidade teve a primeira grande evidência de como o aprendizado das máquinas foi importante para a implantação dos sistemas inteligentes de IA. Em 1997, uma máquina construída com software de IA, derrotou o soviético campeão de xadrez Garry Kasparov em uma partida que repercutiu no mundo inteiro. Segundo Nilsson (2009), o computador Deep Blue, da IBM, era capaz de calcular 200.000.000 movimentos possíveis por segundo no tabuleiro, além de fazer previsões dos movimentos seguintes de seu adversário.

Nos anos 2000 o uso das IA ultrapassou novos limites. A inteligência artificial começou a ser explorada para ser aplicada em carros autônomos, uma tecnologia já

disponível no mercado, embora com um custo elevado. A utilização da IA em veículos autogeridos gerou um intenso debate sobre suas questões de segurança e risco de empregabilidade da mão de obra humana.

O uso da IA em carros autogeridos intensificou o debate sobre implicações éticas da IA e a questão da segurança. Sindicatos de condutores de veículos se manifestaram contrário à nova tecnologia por ser ela uma ameaça à empregabilidade, afinal, se a IA tende progressivamente a realizar funções tradicionalmente desenvolvidas por nós, humanos, qual o futuro do trabalho? (Barbosa, 2021, p. 95).

Subsequente a isso, a partir de 2008 as bigtechs que atuavam na internet elevaram os limites dessas tecnologias desenvolvidas a partir de IA a outro patamar. A grande tendência agora seria o desenvolvimento de assistentes virtuais em *smartphones*. Isso permitiu que os usuários dos smartphones pudessem acessar a internet comercial apenas com comandos de fala.

A primeira assistente de voz que se consolidou no segmento foi a Google Assistente. A ferramenta da empresa disponibilizava um sistema de reconhecimento de voz para pesquisas online. Em 2012, a empresa ainda desenvolveu e aprimorou seus algoritmos através do *deep learning*, o que o programou para reconhecer gatos em vídeos do YouTube.

Já a Apple desenvolveu sua própria assistente virtual para os usuários de Iphone. A “Siri” era uma voz que acessava todos os seus aplicativos apenas com a captação do áudio de voz. Com o passar do tempo, outras empresas como Amazon e Microsoft também foram se ganhando espaço no mercado.

## **2.1 Uma nova ecologia conectiva a partir de hiperinteligências**

Segundo Accoto (2023), desde o avanço dessas tecnologias, o foco em processamento de linguagem natural tem se tornado determinante para compreender o caminho dos sistemas de IA. Esse era um dos aspectos de mais investimento e pesquisa dentro do campo. Isso porque era de interesse da comunidade que as máquinas fossem capazes de compreender comandos realizados por falas humanas, buscando assim alcançar uma maior funcionalidade para os sistemas.

Embora essas tecnologias que funcionam a partir de IA venham se tornando um divisor de águas principalmente no campo da comunicação, é importante entender que as inteligências artificiais são muito mais do que meras reproduzoras de informações jogadas por sistemas e programas de aprendizado. O desenvolvimento desse tipo de inteligência prevê

que as máquinas possam impactar significativamente a cultura da sociedade, desenvolvendo conhecimentos independentes (Accoto, 2023).

Essa abordagem foi fundamental para se entender essa tecnologia muito além de um mecanismo idealizado por humanos, mas sim como uma nova produção do saber, como uma hiperinteligência. Dessa forma, o uso dessas ferramentas representam um novo sentido “nem humano, nem artificial, expressão de uma forma nem interna, nem externa, mas portadora de um sentido híbrido, neutro e impessoal” (Di Felice, 2023, p. 35).

Para Di Felice (2023), a contraposição entre o ser humano e a máquina é uma lógica muito simplista e antropocêntrica de analisar a conjectura do desenvolvimento da inteligência artificial nas últimas décadas. Segundo o autor, essa relação deve ser tratada sob um viés de “ecologia conectiva”.

Ainda segundo Di Felice (2023), a ideia de um hiperobjeto, tal qual o surgimento dessa inteligência, desafia a compreensão da construção de conhecimento na modernidade. Toda a episteme do saber é constituída em processos mais materialistas, o que dificulta o entendimento de uma terceira forma de pensar, nem humana, nem técnica.

Na prática, isso significa entender que os feitos de uma máquina inteligente não são aleatórios, mas sim consequentes de processos transorgânicos entre diversos fatores que estendem a noção de interno e externo. A produção de conhecimento na hiperinteligência se dá

num processo de cocriação, de “fazer com” e que, portanto, refere a transformação de ambos (cotransformação). E, mais ainda, num possível “terceiro” que emerge nesse/desse hibridismo, ou seja, não somente cocriação e cotransformação, mas a invenção de algo que antes não existia (Schlemmer, 2023, p. 63).

Pela falta de entendimento desse conceito, muitos processos realizados por máquinas inteligentes tendem a ser interpretados como automatizados. Essa lógica não se baseia nas capacidades neurais que as hiperinteligências apresentam. Suas ações não são isoladas ou desconexas de sua programação, mas sim consequentes de processos de auto-conexões e aprendizado (Di Felice, 2023).

As hiperinteligências são capazes de simular linguagem textual, contextualizá-la, armazenar conhecimento, executar instruções linguísticas, sintetizar temas de forma refinada, gerar argumentos e raciocínios passo a passo, formular respostas e construir diálogos. O avanço no processamento de linguagem natural só foi possível graças ao desenvolvimento de modelos linguísticos em larga escala (LLM - *Large Language Model*).

Os LLM nada mais são do que mecanismos que as máquinas se baseiam para calcular as probabilidades linguísticas da resposta do ser humano. Esse recurso é utilizado para

minimizar a entropia cruzada (ou seja, a diferença entre duas distribuições potenciais de frequência), maximizando sua capacidade de desempenho como preditor de texto. Simplificadamente, esse modelo calcula a probabilidade das palavras em um texto escrito, otimizando sua capacidade de prever texto futuro (Accoto, 2023, p.10).

Justamente por terem esse grau de sofisticação que potencializa a relação entre o homem e a hiperinteligência, é possível afirmar que a complexidade dos LLM's não pode ser categorizada em uma dinâmica reducionista de sujeitos e objetos. A análise desse advento deve ser feita sobre um modelo de complexidade aberta (Di Felice, 2023).

Juntamente com os recursos disponibilizados pelo Machine Learning e os Big Data, os LLM têm se tornado importantes para que as máquinas aprendam novas habilidades e para expandir a capacidade generativa da hiperinteligências. Segundo Di Felice (2023), todas essas melhorias são indispensáveis para a evolução do sistemas pois funcionam como membranas de um mesmo organismo.

Dessa forma, é possível concluir que esses fatores que constituem as hiperinteligências funcionam como operadores do conhecimento produzido por inteligência humana ou não-humana. Essa relação pode ser compreendida como uma complexidade atópica, na qual nenhum elemento pode ser entendido se separado dos demais, ainda que possua certo grau de independência. De igual modo, não existe a dinâmica de troca interna e externa. Nessa concepção, a hiperinteligência não pode ser entendida nem como humana, nem como máquina, mas sim como uma coisa inteiramente nova (Di Felice, 2023).

Todo esse processo é resultado de uma interconexão complexa entre programas de software, dados e algoritmos de aprendizado em que a “imagem está continuando em ritmo acelerado sua jornada transformadora em direção a novas a novas naturezas, culturas, estatutos e domínios” (Accoto, 2023, p. 20).

## **2.2 O impacto das linguagens sintéticas na sociedade moderna**

A popularização das hiperinteligências tem gerado uma atenção cada vez maior para o potencial desse recurso ao redor de vários setores da sociedade. Isso porquê agora, com o fácil acesso e manuseio dessas ferramentas, é possível utilizá-la para impulsionar negócios, dinamizar tarefas e, principalmente, de forma educativa. Um exemplo dessa última abordagem, na educação, é o desenvolvimento de Sistemas Inteligentes de Tutoria (ITS), que nada mais são do que ferramentas que podem

apresentar vários benefícios com objetivo de permitir instruções eficazes: (1) apresentar instrução individualizada que permite que todos os alunos acessem o mesmo currículo com diferentes pontos de entrada e tarefas de aprendizado que são adaptadas às necessidades dos alunos; (2) capacitar os alunos a atingirem níveis de proficiência similares de maneira mais eficiente; e (3) A partir de um design apropriado, o ITS pode capacitar professores a se concentrarem em um pequeno subconjunto de alunos que precisam de ajuda extra e, assim, fornecer instruções mais eficazes (Tavares, 2020, p. 48701).

Os sistemas de linguagens sintéticas estão entre os mais populares recursos desenvolvidos à base de hiperinteligências. Os chamados *Chatbots*, apresentam funcionalidades que têm um alcance de democratização e produção de informação de uma forma muito inovadora.

O desenvolvimento dessas plataformas de linguagens sintéticas desafia a hegemonia do discurso e domínio da linguagem pelos seres humanos. Pela primeira vez, outras formas de inteligência poderiam protagonizar a produção de um conhecimento pela escrita. Esse fato foi extremamente disruptivo para a sociedade. Além disso, esses ChatBots evidenciam claramente a fragilidade de um viés ocidental tentando separar homem e máquina. A plataforma que mais se destaca no mercado é o ChatGPT, da OpenAI, uma das maiores empresas de inteligência artificial do mercado (Di Felice, 2023).

O ChatGPT, é o ChatBot mais utilizado dentro da internet. A empresa responsável por seu desenvolvimento é a OpenAI. De acordo com Wu *et al.* (2023), no final de 2022, a OpenAI lançou a versão pública oficial do ChatGPT na internet, que rapidamente atraiu usuários ao redor do mundo justamente pela tecnologia ser capaz de responder com exatidão a qualquer demanda descrita em no chat inteligente. Em apenas 2 meses após seu lançamento, no final de janeiro de 2023 o ChatGPT já havia conquistado mais 100 milhões de usuários ativos mensais na sua plataforma.

O ChatGPT é pode ser definido como um robô de conversação inteligente que fornece respostas detalhadas conforme uma solicitação feita por um usuário em um *prompt*. O mecanismo de pesquisa é capaz de compreender e gerar de linguagem em uma dinâmica rápida, utilizando recursos de tradução automática multilíngue, códigos e escrita. Além disso, o ChatGPT também é capaz de armazenar dados de solicitações anteriores feitas por um usuário, o que facilita no diálogo contínuo. O banco de dados em que o ChatGPT se baseia contém informações da internet até setembro de 2023, e pode ser utilizado para várias funcionalidades (WU *et al.*, 2023).

Segundo Wu *et al.* (2023), esse modelo de IA funciona através de uma integração de múltiplas tecnologias. Ele é construído a partir de um modelo pré-treinado e generativo. O

GPT-1, lançado em 2018 e primeiro produto desse segmento, funcionava através de uma estrutura generativa não supervisionada.

Já GPT-2, que foi lançado em 2019, inovou ao aplicar o aprendizado multitarefa. Isso permitia que a maioria de suas tarefas pudessem ser realizadas de forma supervisionadas e sem ajuste adicional. Inicialmente, a OpenAI hesitou em divulgar o GPT-2 completo devido a preocupações com o potencial de uso indevido, como a criação de notícias falsas. Eventualmente a organização decidiu liberar o modelo completo.

O GPT-3 veio com a proposta de ser um programa que funciona através de meta-aprendizagem. Isso permitiu com que a tecnologia generativa pudesse gerar conteúdos através de análises de contexto das solicitações feitas pelos usuários

Em março de 2023 a OpenIA lançou o GPT-4. Essa atualização incrementou o sistema com diversas novas funcionalidades. Essa nova versão do ChatBot da OpenIA permite que os usuários possam aprimorar o uso da ferramenta através da inserção de imagens em paralelo. Isso aprimora o banco de dados da ferramenta, o que permite que ela própria possa gerar imagens para o usuário.

Embora o ChatGPT, e tanto outros ChatBots como o Bard, representem uma revolução no modo de pesquisa e na facilidade de produção de informação livremente na internet, é importante considerar que são produtos comerciais. A tecnologia tem um potencial ainda maior se receber investimentos, mas por enquanto “as linguagens sintéticas e os chatbot são expressões das redes conectivas do livre mercado, são por estas criadas e dependem destes. Necessitam de grandes investimentos e não podem ser separadas da lógica do lucro” (Di Felice, 2023, p. 1).

Explorar o fenômeno das linguagens sintéticas se mostrou não apenas com uma demanda atemporal, mas sim necessária para compreender uma completa mudança de paradigma na evolução e funcionamento de uma sociedade globalizada. Por conta disso, se tornou cada vez mais crucial compreender tecnicamente o funcionamento dos modelos linguísticos computacionais e sua relação com a linguagem natural humana.

### **2.3 A era pós-artificial e a transformação das sociedades**

Segundo Di Felice (2023), essa tecnologia marca o fim da sociedade no modelo de polis. Pela primeira vez na história, o ser humano não é o único agente de transformação. Agora, as pessoas têm que atuar em um mundo conectado, interativo e com várias formas de produção de conhecimento.

É importante compreender que os recursos ofertados pelas hiperinteligências não necessariamente devem segregar o ser humano no ambiente profissional. A ecologia conectiva na relação com as máquinas pressupõe uma troca mútua entre o humano e o não-humano. Essa hibridização pode ser benéfica ao mercado, levando em consideração que as máquinas se beneficiam do conhecimento humano e, em contrapartida, podem dinamizar a jornada de trabalho (Lemos, 2013).

Levando em consideração o que se entende por hiperinteligência na atualidade, é importante levantar o questionamento sobre “inteligência artificial”. A partir do entendimento que a interação do homem com o não-humano faz parte da constituição de sua constituição como indivíduo, a ideia de que ele pode produzir uma forma de inteligência artificial é egocêntrica demais. Isso porque a evolução da civilização aconteceu por diversas interações com o meio, assumindo “formas diversas (oralidades, escrita, eletricidade, digital, data) que tiveram, claramente, o papel de incrementar e expandir, a cada fase, a nossa condição conectiva” (Di Felice, 2023, p. 41).

Justamente pelas hiperinteligências serem capazes de realizar operações independentes e funcionarem à base de conexões neurais próprias, é um equívoco trata-las como formas artificiais. Para Di Felice (2023), essa abordagem nada mais é do que um instinto megalomaniaco e suicida do ser humano. A ilusão de que se é possível controlar e manipular a natureza é tentadora.

Nessa perspectiva de conexões neurais, é importante ressaltar que, embora todos os processos se entrelacem, cada operação tem sua totalidade e autonomia. As hiperinteligências funcionam de forma harmônica e complexa. Seu desenvolvimento baseado em Machine Learning é a principal característica que a define como tecnologia emergente. Isso porque, à medida que os softwares vão se aprimorando paralelamente, a capacidade de aprendizado de tarefas que uma hiperinteligência pode realizar cresce exponencialmente, desafiando cada vez mais limites.

Esses argumentos sustentam a possibilidade de essa época ser marcada como “pós-artificial”. A constituição dicotômica da relação entre homens e máquinas, e a

episteme ocidental antropocêntrica, que inventa a separação do humano da técnica e da natureza e que cria ecologias simplificadas compostas por sujeitos e objetos, a produzir a ideia e a gerar a ilusão da existência de uma “inteligência artificial” (Di Felice, 2023, p. 1).

Ainda segundo Di Felice (2023), o desenvolvimento das hiperinteligências vai em contrapartida da ambição de seus desenvolvedores. A antropocêntrica ocidental impõe uma série

de regulamentações, dificultantes morais e prático para a exploração do potencial máximo que novas tecnologias como essa.

O falso entendimento de que só existe uma forma de inteligência também é um empecilho para o investimento das hiperinteligências ao redor do mundo. O ser humano se mostra incapaz de enxergar que sua criação pode não se limitar ao seu grau de utilidade requerida inicialmente. A compreensão de que todos os tipos de inteligência são conectados e dialogantes entre si é essencial para uma superação da perspectiva antropocêntrica, e para a passagem da inteligência para a hiperinteligência (Di Felice, 2023).

Para reverter isso, seria necessário a construção de um novo entendimento da relação do homem com seu meio. A superação da separação entre o sujeito e objeto é o único caminho possível para o desenvolvimento das hiperinteligências como uma nova forma de entender o conhecimento. As dinâmicas sociais e de aprendizagem já são obsoletas se não potencializadas pelos recursos da digitalização e do avanço tecnológico. A Internet dos Sentidos “para além dos dados tradicionais, como temperatura, umidade, pressão, entre outros, possibilita a comunicação sensorial a partir de dispositivos conectados...” (Schlemmer, 2023, p. 56).

As hiperinteligências vieram para revolucionar no ponto de vista da construção coletivista do saber. A obsolescência da dinâmica de sujeito e objeto é um retrato de como a globalização e imersão são caminhos sem volta na evolução da sociedade. Justamente por isso, é um equívoco pensar que ela pode ser controlada, uma vez que

as formas de ética e controle absoluto do humano sobre a técnica, os dados e as evoluções das linguagens informáticas, são expressões da mesma lógica e da mesma ilusão de domínio do humano sobre a natureza. Fruto da mesma visão “antropocêntrica e ocidental” que está a origem do possível desaparecimento da espécie sapiens (Di Felice, 2023, p. 1).

### **3. A CONSTRUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO ATÉ A CHEGADA DAS FAKE NEWS**

A influência de fake news na geopolítica mundial tem levantado discussões sobre esse fenômeno nos últimos anos. A potencialidade, e os riscos da disseminação de notícias falsas, oferecem um futuro incerto e um perigo à democracia (Brisola e Bezerra, 2018).

A disputa política no século XXI pode ser traduzida como uma guerra de narrativas e uma concorrência pelo monopólio da interpretação, o que dá margem para inúmeras formas de desinformação. Entretanto, Delmazo e Valente (2018) explicam que a desinformação não é um fenômeno recente, mas intrínseco à história da humanidade. Ela é consequência da vida comunicativa coletiva, classificada como uma patologização da sociedade.

Fallis (2015) pontua que esse fenômeno já permeou momentos históricos importantes na modernidade, como o Operation BodyGuard durante a Segunda Guerra Mundial. Essa operação tinha o objetivo de enganar os nazistas quanto ao horário e localização da invasão dos Aliados. Informações falsas eram passadas em transmissões de rádios que eram interceptadas pelo comando Alemão, redirecionando o esforço militar nazista para outras áreas, enquanto os Aliados realizavam suas investidas em outros pontos desprotegidos.

Já na modernidade, a desinformação reflete uma crise identitária muito latente. Brisola (2017) discorre como a avalanche de informações que o sujeito recebe durante o dia, é um dos fatores mais influentes em seu distanciamento de uma perspectiva analítica mais crítica das notícias que ele consome. Dessa forma, entende-se que o raciocínio vai se tornando mais uniforme e menos plural. Isso acontece considerando que a superinformação tende a desestimular narrativas mais bem apuradas e complexas, refletindo em uma consciência mais hegemônica na sociedade.

Levando isso em consideração, torna-se mais difícil julgar criticamente uma simples notícia do dia a dia, a partir do momento em que os

usuários, atropelados pela quantidade e velocidade de informações, não têm tempo de checar as origens, credibilidade e veracidade das informações que recebem. Associando velocidade, quantidade de informação e direcionamento adaptado ao usuário, as fake news ganham rápida e facilmente espaço, engordando e se espalhando como filhotes bem alimentados (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3327).

Serrano (2010) corrobora com essa ideia ao relacionar a desinformação como uma consequência da superinformação. Essa última, por sua vez, representa um dos maiores perigos da democracia justamente por validar um mecanismo de censura. A mesma avalanche de informações que poderia ser um recurso útil para explorar isonomia no modo de produção de informação, serve de impeditivo para informações realmente relevantes, “atropela assuntos

que desinteressam os poderes e apaga a memória, mesmo dos fatos mais recentes” (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3320).

Brisola e Bezerra (2018) completam que, a superinformação, resultante do excesso de acesso a notícias diferentes, acaba criando, paradoxalmente, uma visão muito singular da realidade. A volatilidade e facilidade com que informações são esquecidas não dão o peso devido nem ajudam a compreensão do alcance e significado das coisas.

Da mesma forma, não se dá valor suficiente ao conteúdo informacional. A superficialidade dos fatos protagoniza o modo de produção noticioso a partir do momento que “o objetivo não é fazer compreender uma situação, mas fazer com que assistam a um acontecimento” (Serrano, 2010, p. 38).

A desinformação representa um estado de ignorância do sujeito. É a ausência de um conteúdo informativo que poderia ser relevante em seu dia a dia. Também é um fenômeno medidor cultural do indivíduo, podendo servir para determinar qual seu grau de bagagem cultural no geral (Aquino, 2007).

É importante salientar que nem toda informação é facilmente manipulável ou sujeita a interpretações. As respostas obtidas através de experimentos têm respaldo maior, uma vez que podem ser comprovadas empiricamente. Nesse sentido, o método científico funciona como o antídoto da verdade (Di Felice, 2023), considerando que seus resultados podem trazer respostas factuais que libertam o sujeito do estado de ignorância.

Fallis (2015) corrobora com essa ideia ao afirmar que metodologia empírica das pesquisas científicas infere que, para a conclusão de uma resposta, é necessário reproduzir o mesmo experimento repetidas vezes. Justamente por isso se torna mais difícil falsear resultados científicos, ainda que parte da população tente descredibilizar esse campo.

### **3.1 A desinformação na era da pós-verdade**

O entendimento da desinformação se torna ainda mais complexo na sociedade contemporânea. Isso porque a construção da verdade, como um conceito objetivo e irreduzível, é cada vez mais desafiada pela expansão desenfreada dos fluxos de informação, especialmente entre as redes sociais. Esses fluxos favorecem a construção de narrativas que atendam a lógica algorítmica, independente da credibilidade da informação (Bucci, 2018). Nessa perspectiva, fica evidente que “a verdade está perdendo, cada vez mais, seu espaço na sociedade atual e no debate público, o que abre mais espaço para o crescimento da desinformação na população” (Silva e Oliveira, 2019, p. 118).

Essa crise da verdade absoluta do século XXI é um fator que dificulta a compreensão de informações no âmbito da veracidade ou falsidade. A era da pós-verdade confronta a noção de interpretação absoluta e factualidade, principalmente porque a sociedade contemporânea tende a evitar verdades desconfortáveis (Kreitner, 2018).

A palavra é tão difundida na sociedade que foi escolhida como a palavra do ano de 2016, pelo Oxford English Dictionary. A pós-verdade pode ser definida como a “circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ancona, 2018, p. 20).

Para Brisola e Bezerra (2018), a construção da informação no século XXI se torna verdadeira tanto a factualidade quanto a emoção do receptor. Entretanto, nesse fenômeno, o sujeito não tem recursos e é incapaz de reconhecer os elementos subjetivos que comprometem sua compreensão da realidade.

Toda a construção da informação, e seus desdobramentos, na sociedade contemporânea são influenciados pela emoção. O ambiente social em que habitamos nos condiciona à uma recepção rápida das interpretações da realidade, não importando muito seu conteúdo (Baudrillard, 1993).

### **3.2 A construção da desinformação por fake news**

Entretanto, embora relacionados, é importante diferenciar o fenômeno da desinformação, das especificidades do processo de produção de fake news, seja em construção ou intenção. Brisola e Bezerra (2018) explicam que o termo fake news tem sido muito generalizado no senso comum, e acaba se esbarrando com outros conceitos. A desinformação é um fenômeno muito mais generalista e completo, com diversas facetas, possibilidades e nuances. Na prática, é importante reconhecer que a desinformação traz problemas não necessariamente de ordem factual, mas sua inserção em um contexto específico pode levar a interpretações múltiplas e equivocadas da realidade. Levando isso em consideração, os autores atestam que a desinformação não necessariamente é falsa, pode ser só descontextualizada.

As fake news, por sua vez, são complementos atuais do fenômeno generalista que é a desinformação. Elas ajudaram a desinformação a assumir “proporções inéditas a partir do desenvolvimento da rede mundial de computadores (internet) e dos aparelhos móveis de informação e comunicação a ela conectados (smartphones)” (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3329). Esse sistema informacional é reflexo de uma produção ainda maior de dados e narrativas com potencial de moldar a opinião pública.

Segundo a Cartilha da Desinformação do Intervozes (2019), o termo “fake news” popularizou-se mundialmente durante a disputa presidencial dos Estados Unidos, em 2016. Donald Trump, juntamente com seus aliados, se favorecia de informações falsas ao mesmo tempo que desqualificava as verdadeiras que iam contra sua candidatura. O fluxo de informações falsas ocorria de forma desorientada em diversos formatos e plataformas, o que acabou contribuindo para a eleição de Trump naquele ano.

Passada a eleição americana e outros eventos marcados pela incidência de fake news, como a saída do Reino Unido da União Europeia, órgãos como a Relatoria Especial das Nações Unidas (ONU) e a Relatoria Especial das Organizações dos Estados Americanos assinaram a “Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Notícias Falsas”. Entre outras informações, o documento

consta que ‘a desinformação e a propaganda são muitas vezes concebidas e implementadas com o propósito de confundir a população e para interferir no direito do público de conhecer e no direito das pessoas de procurar e receber, e também transmitir, informação e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, que são direitos alcançados por garantias legais internacionais dos direitos à liberdade de expressão e opinião’ (Intervozes, 2019, p. 8).

Brisola e Bezerra (2018) corroboram com essa narrativa ao alertar que uma das características mais latentes do fenômeno da desinformação contemporânea, por fake news, é justamente o apego a discursos populistas e de generalização da opinião pública para perpetuar certas ideias. A informação em si passa a ficar em segundo plano, não sendo mais o objeto mais importante da notícia, mas sim uma forma de atração dos leitores. A briga pelo monopólio das informações e das narrativas importam mais do que o conteúdo da notícia.

Giacoiá (2017) aprofunda nessa ideia ao afirmar que, na era da fake news, é mais importante que a expectativa de uma narrativa seja suprida, do que um fato noticioso seja validado. Isso é um dos elementos mais notórios da briga pelo monopólio da interpretação.

As fake news são um fenômeno com características muito delimitadas e específicas de produção, formatação e intenção. Elas representam um artifício utilizado em prol de algum projeto de poder. Allcott e Gentzkow (2017) afirmam que as fake news são construções produzidas intencionalmente para enganar. Elas buscam maquiagem a realidade para mascarar a realidade de alguns fatos em detrimento de outros, e podem funcionar para dois propósitos.

O primeiro dele é por razões pecuniárias. Grandes entidades e figuras públicas lucram na disseminação de fake news. A produção de uma informação duvidosa pode levar a opinião pública a direcionamentos específicos que beneficiem os produtores daquela fake news. A produção de artigos e notícias que viralizam, podem potencializadores da receita de um

grande meio de comunicação, por exemplo. Uma notícia falsa produzida por esse meio pode servir, discretamente ou não, como espaço publicitário para a disseminação de uma ideia ou de uma figura pública. Esse tipo de ação tem atraído o mercado financeiro.

Para Silva e Oliveira (2018), a partir do momento em que se prioriza os meios de comunicação como espaço publicitário, o compromisso com a verdade já se esvaiu. O afrouxamento da ética em detrimento do lucro na produção de informação é extremamente perigoso.

O segundo propósito é por questões ideológicas. Informações com factualidade comprometida são constantemente divulgadas para cumprir propósitos de formação de opinião e manipulação política. Participantes da vida política produzem fake news com o objetivo de humilhar e desacreditar seus oponentes. Essas são as maiores evidências desse tipo de projeto de poder.

A lógica operacional da comunicação online amplia esse alcance, perpetuando um “ciclo vicioso, sustentado pela polaridade alimentada pelos algoritmos e facilitada pelas redes digitais com suas bolhas e câmaras de eco, a ideia de uma supremacia ideológica justifica o uso de fake news como meio aceitável para um fim legítimo” (Brisola e Bezerra, 2018).

Em ambos os casos a desinformação proporcionada por fake news objetiva negar ao interlocutor a informações verdadeiras ao mesmo tempo que o permeia com notícias falsas sem que ele tenha consciência desse processo. Os meios de comunicação são cada vez menos representantes da opinião pública e as fake news representam um perigo cada vez maior, à medida que sua “abrangência pode afetar a democracia, os processos políticos e até as políticas públicas” (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3320).

Os maiores polos de produção de fake news sempre são aqueles que detêm um maior poder informacional em detrimento de outros. Fica-se mais fácil manipular intencionalmente informações à benefício próprio a partir do momento em que há uma grande coleta delas em seu território (Brisola e Bezerra, 2018). Justamente por isso entende-se como a produção de fake news em massa acontece em períodos sensíveis e decisórios de uma sociedade, como eleições presidenciais. O jogo de poder passa muito por quem tem o maior controle de dados e produção de narrativas.

O objetivo de alguns desses grandes meios de comunicação de massa é atender ao interesse dos poderosos desses grandes polos de produção de notícias, independente da veracidade delas. Para isso, é necessário um controle de informações em casa e “convencer o conjunto das populações de sua adesão às ideias das classes dominantes” (Serrano, 2010, p.9).

Brisola e Bezerra (2018) também explicam como a polarização política torna o cenário ainda mais propício à disseminação de fake news. As disputas ideológicas despertam sentimentos negativos entre os opositores, o que os leva a julgamentos mais passionais e torna mais fácil a implementação das notícias falsas no cenário público.

### **3.3 Como as fake news se popularizaram na sociedade**

Allcott e Gentzkow (2017) também diferenciam esse tipo de produção notícia de outras formas de desinformação, como rumores ou teorias da conspiração. Os autores entendem que nem todo tipo de conteúdo falseável se aplica nos dois propósitos de desinformação da produção de fake news.

Um exemplo disso são as informações falsas criadas sem intenção. Apesar de ser uma das ocorrências mais comuns de desinformação, as notícias falsas criadas sem intenção não representam nenhum tipo de projeto de poder em benefício de alguma instituição ou alguém.

Outra forma de produzir conteúdo com informações não verdadeiras são as sátiras. Esse tipo de linguagem textual utiliza figura retórica da ironia. A sátira é produzida em cima de uma informação conhecidamente falsa para poder traduzir e expor um absurdo factual em questão.

Além dessas, as teorias da conspiração também não devem ser categorizadas como fake news. Isso porque, como o próprio nome sugere, as teorias da conspiração não têm nenhum embasamento factual ou interpretativo em sua produção.

Da mesma forma, é importante entender porque meros boatos não podem ser entendidos como fake news. Esse tipo de informação nem sempre tem uma intencionalidade ruim e pode vir de interpretações equivocadas de um fato. Apesar de também serem prejudiciais, eles não tentam reproduzir uma autoridade informativa (Brisola e Bezerra, 2018).

As fake news também são fomentadas pelos mitos da imparcialidade no jornalismo e a descredibilização da imprensa. A opinião pública sobre construção noticiosa na modernidade muitas vezes é crítica a esse quesito, mas não reconhece o esforço que propagadores de fake news fazem em transformar opinião em informação. A sugestão de neutralidade e distanciamento de juízo de valor, muitas vezes é carregada de envolvimento (Brisola e Bezerra, 2018).

Este equívoco conceitual é extremamente perigoso, pois tenta validar a ideia de que o jornalismo deva ouvir e relatar percepções mentirosas de uma narrativa. Isso é extremamente nocivo a partir do momento em que, grandes canais de comunicação, dão espaço para fake

news produzidas inteiramente para cumprir um dos dois propósitos descritos por Alcott e Getzkow (2017). Seguindo essa lógica, a mídia tradicional não serviria mais para fins sociais, mas sim para atender a um grupo específico de poderosos que não visa nada além de dinheiro e poder.

Segundo Silva e Oliveira (2018), tem se tornado mais confiável ao indivíduo do século XXI confiar em outras pessoas do que propriamente na imprensa. Isso desafia diretamente as diretrizes do que se entende como produção jornalística e descredibiliza o papel dos comunicadores no fenômeno informacional da contemporaneidade.

Entretanto, os meios de comunicação são alvos de desconfiança, por parte dos intelectuais, desde o início da era tv e do rádio. Sempre houve uma discussão a respeito da concentração desse tipo de poder, antes “conhecida dos ‘donos da mídia’ oligopolizarem mercados, ou seja, de manterem o controle dos meios de comunicação tradicionais nas mãos de poucos...” (Intervozes, 2019, p. 17).

O surgimento da internet e das notícias on-line, no entanto, só potencializam essa desconfiança, a partir dos anos 2000. Isso porque a diversidade excessiva de pontos foi vista com maus olhos por parte dos estudiosos. Na perspectiva deles, esse fenômeno facilitaria o ajuntamento de pessoas com ideias semelhantes e isolaria discordâncias ideológicas entre eles (Allcott e Getzkow, 2017).

Além disso, a sociedade contemporânea caminha a passos largos em uma “crise política que abala a confiança nas instituições tradicionais” (Intervozes, 2019, p. 13). Isso porque é de interesse das classes dominantes que as populações mais vulneráveis socialmente se sintam desamparadas pelo Estado, e por consequência, sejam mais facilmente dominadas pelos detentores do capital.

Nesse sentido, é importante entender como a validação das fake news na internet é validada pelo fenômeno das bolhas ideológicas. As pessoas que se informam exclusivamente por grupos de uma mesma bolha dentro da internet reproduzem uma forma muito segmentada de construir conhecimento. Esses grupos segmentados reproduzem notícias questionáveis e operam numa lógica em que “o eco é artificial, e a ressonância é tão nula quanto ensurdecidora” (Baudrillard, 1993, p. 151).

Essas bolhas se instauram sobre a estrutura de hiperconcentração da propriedade de controle da comunicação feito, ainda que veladamente, pelos grandes conglomerados de tecnologia. O coletivo Intervozes (2019) explica que os dados pessoais de usuários presentes nas redes sociais são estrategicamente vendidos a fim de segmentar propagandas e ideias para essas bolhas específicas.

Diante disso, o governo brasileiro desenvolveu, em 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Essa medida, que só entrou em vigor em 2020, prevê que os usuários online possam ter garantia no “respeito à privacidade, na autodeterminação informativa, na inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e no exercício da cidadania” (Intervozes, 2019, p. 20). A grande questão é que a LGPD até faz um bom trabalho para a preservação da privacidade online dos usuários brasileiros, mas sua efetividade e segurança devem ser comprovadas apenas nos médio e longo prazos (Intervozes, 2019).

O combate às notícias falsas nesse contexto é extremamente difícil, uma vez que “passa a ser visto como um trabalho ideológico, inapropriado para a neutralidade informativa, enquanto repetir e aderir a versões oficiais tende a ser visto como algo imparcial” (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3322).

Silva e Oliveira (2018) ressaltam essa ideia relacionando com outro equívoco bastante disseminado popularmente que é o da liberdade de expressão. O abuso desse direito é uma ameaça à democracia e ao sistema informativo a partir do momento em que os produtores de fake news o utilizam como manobra para a manipulação da opinião pública através de notícias mentirosas.

Brisola e Bezerra (2018) também explicam como o apartamento da ética profissional da produção jornalística é um agravante desse fenômeno. A desinformação causada pelas fakes news também são uma forma de coibição sistematicamente pensada para enganar.

Conviver com o fenômeno da desinformação é intrínseco à humanidade e inalterável (Delmazo e Valente, 2018). Entretanto, as fake news representam um risco muito grande para a democracia e para os meios de comunicação e devem ser combatidas.

Brisola e Bezerra (2018) discorrem sobre como as redes sociais se tornaram uma das maiores ferramentas de divulgação de fake news, isso porque sua dinâmica funciona por fácil propagação e inexistência de verificação de fatos e julgamento editorial. É possível entender as redes sociais na internet como um

espaço onde o internauta não conta com especialistas, como os bibliotecários, para intermediar sua relação com a informação que supostamente necessita. E mesmo com a existência dos referidos especialistas, dado o pequeno conhecimento científico existente sobre o assunto, arriscam-se estes a replicar conteúdos desinformativos, legitimando-os com o seu referendado técnico e aparentemente isento (De Paula Brito, 2015, p. 148).

Isso se reflete também na facilidade com que se produz fake news na atualidade, em comparação com o passado. Antigamente era necessário lidar com o

custo alto (produzir, emplacar ou veicular fake news nos meios tradicionais de comunicação custa caro); falta de flexibilidade (uma vez veiculado, dentro de um padrão específico, não havia como modificar os conteúdos); falta de conhecimento sobre o leitor/usuário; ausência de contexto ideal (era mais difícil imprimir credibilidade às notícias veiculadas de forma alternativa. Ex: panfletos jogados por um avião) (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3325).

Em compensação, os custos fixos de produção das fake news em redes sociais são baixíssimos. Esse fator é convidativo para que novos agentes de disseminação de notícias falsas ingressem nesse modelo de produção que tem como objetivo a manipulação das massas. Além disso, como a produção informacional na internet demanda cada vez mais comprovantes de credibilidade, esses agentes se tornam atraídos pela lucratividade rápida em que as fake news podem proporcionar, em uma escala maior e a longo prazo (Silva e Oliveira, 2018).

Para o combate das fake news, Batista (2020) argumenta que elas podem e devem ser desmentidas por meio de verificação de fatos. Essa prática é essencial na luta contra esse tipo de projeto de poder.

Tomaél (2004) corrobora com essa ideia ao afirmar que é indispensável que se identifique as instituições ou indivíduos responsáveis pela criação de uma propriedade intelectual ou artística. Dessa forma, torna-se possível analisar os interesses e objetivos por trás daquela informação, seja falsa ou não. O autor também ressalta a importância de checar o nível de atualidade de uma notícia. Isso porque suas informações podem ter sido outrora verdadeiras, mas não representam mais a factualidade da informação. Contudo, é importante entender que a “noção de atualidade não está diretamente ligada à ideia de novidade, pois determinados campos, domínios e áreas requerem uma periodicidade de atualização maior ou menor em relação a outros” (Zattar, 2017, p. 291).

Tomaél (2004) ainda destaca que a precisão das fontes deve ser muito bem apurada. As referências e consistências bibliográficas de uma informação são indispensáveis para entender no que ela se baseia para sua construção e desenvolvimento. O argumento de autoridade de especialistas da área pode ser uma boa ferramenta de precisão (Vergueiro, 2010).

Quando a informação se confunde com sua fonte, com o acontecimento (virtual), produz-se, como para as ondas sonoras, uma microfonia, um efeito gigantesco de confusão e incerteza. Quando a demanda de acontecimentos é máxima (...), produz-se um efeito de hipersensibilidade às condições iniciais, um efeito de ressonância e turbulência incontrolável (Baudrillard, 1993, p.150).

Para Vergueiro (2010), o histórico das instituições ou indivíduos produtores de informação também é essencial para a análise da veracidade das informações. Ainda que não

sirva de atestado da impossibilidade da criação de notícias intencionalmente falsas, autores que têm respaldo de outras fontes, checagem viável e outros materiais de qualidade, podem ser fatores relevantes nessa avaliação de credibilidade.

Em tempos de super produção e disseminação de dados, será necessária, às futuras gerações, uma educação básica ainda maior sobre tratamento, e cuidado, com a interceptação de informações. Mais do que nunca, caberá à sociedade moderna enfrentar a complexidade de dados contraditórios, informações incoerentes e filtro de relevância de uma factualidade. O grande desafio desse século, é a análise crítica e categórica do exacerbado volume de buscas que a internet proporciona (Belluzzo, 2005).

Brisola e Bezerra (2018) completam o raciocínio ao afirmar que essa tarefa deve ter início o quanto antes na educação dos novos sujeitos, levando em consideração que a “deformação do conhecimento advindo da desinformação acontece antes mesmo da formatura” (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3327). Dessa forma, será possível reduzir os danos causados pelos fenômenos da desinformação potencializada pelas fake news. A habilidade informacional de filtragem demanda um aprimoramento muito complexo.

Morin (1998) corrobora com essa necessidade ao afirmar que as heranças culturais dos indivíduos atuam como poder imperativo em crenças não contestadas e verdades absolutas. Por isso, se faz urgente a formação precoce de indivíduos que sejam livres de estereótipos cognitivos, preconceitos e crenças estúpidas.

Além disso, também é papel do Estado buscar maneiras de diminuir o impacto causado pela disseminação de fake news. É importante pensar em

ações legislativas, estatais e empresariais empreendidas contra esses fenômenos, para avaliar se tais ações, de fato, estão voltadas à desinformação, às fake news ou às informações contra hegemônicas que interferem nos planos daqueles que dominam os poderes econômico, político e informacional (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3329).

Ainda segundo Brisola e Bezerra (2018), a União Europeia já realiza projetos para o combate desse fenômeno no meio digital. O grupo econômico reuniu especialistas de alto nível e vem buscando soluções para o problema.

Já existem algumas ferramentas tecnológicas, de senso comum, para evitar a disseminação delas no meio digital. Embora a atuação delas muitas vezes seja controversa e atenda interesses bem específicos dos proprietários da rede, já há alguns casos em que se tornou efetiva.

O Facebook,<sup>2</sup> por exemplo, já se envolveu em diversos episódios de derrubada de perfis após checagem de fatos envolvendo conteúdos que eles divulgavam. Segundo informações do “*O Globo*”, a plataforma retirou do ar 196 páginas e 87 contas pessoais que tinham algum envolvimento com o Movimento Brasil Livre (MBL). Isso porque o MBL estava divulgando conteúdos com veracidade questionável e disseminando desinformação aos usuários do Facebook.

Para Silva e Oliveira (2018), esse tipo de movimento representa uma revalorização da mídia tradicional e local, que tem um histórico maior de credibilidade e apuração. Não foi a primeira nem a última vez que um episódio assim aconteceu.

---

<sup>2</sup> No começo de 2025, a Meta anunciou que vai retirar esse sistema de verificação de fatos e adotar um novo modelo parecido com o “Notas de comunidade”, do X.

#### 4. ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE CHECAGEM DE FATOS

De acordo com Cazetta (2018), as primeiras organizações de checagem de fatos surgiram nos Estados Unidos no início dos anos 2000, e eram destinadas a avaliar e analisar publicamente declarações políticas em campanhas eleitorais. Elas deram início ao que se tornaria o padrão de cobertura política do século.

No início elas tinham um princípio muito simples. Era urgente a necessidade de avaliar figuras públicas, candidatos e partidos políticos, jornalistas, meios de comunicação e outras associações.

Já em 2003, foram fundadas duas importantes iniciativas de checagem de fato, o FactCheck.org e o Politifact. O FactCheck.org trata-se do primeiro site independente de checagem de fatos do mundo. A ferramenta rapidamente ganhou popularidade e relevância no cenário internacional, inclusive, segundo Ferrari (2023) “(...) a revista TIME os nomeou como um dos ‘25 sites sem os quais não podemos viver’” (p. 4).

Cazetta (2018) conta que o Politifact é outro site que marcou o início das checagens. A ferramenta foi pioneira na categorização de informações com base no nível de veracidade, e ganhou o prêmio Pulitzer por sua atuação nas eleições estadunidenses de 2008.

Nos anos seguintes, o desenvolvimento de agências de checagem ao redor do mundo cresceu exponencialmente, a exemplo da Agência Internacional de Checagem de Fatos (*Internacional Fact-Checking Network* - IFCN). A IFCN reúne “canais de comunicação do mundo inteiro. E tem como objetivo promover uma rede de troca, boas práticas e diretrizes na área de checagem de fatos” (Bomfim, 2020, p. 1).

Existem 140 iniciativas de checagem de fatos que são ligadas à IFCN de alguma forma. Segundo Dos Santos (2019), a rede tem crescido exponencialmente nos últimos anos e traça objetivos importantes.

Durante a Global Fact 3, um evento ocorrido em 2016 e que contou com a participação de agências do mundo todo, a IFCN estabeleceu alguns princípios para a realização do ofício de checagem de fatos. Bomfim (2020) explica que foram definidos cinco deles: compromisso com apartidarismo e justiça, com os padrões e transparência das fontes, com a transparência do financiamento e da organização, com os padrões e transparência da metodologia e, por fim, com uma política de correção aberta e honesta.

A IFCN também lançou em 2023 um novo Fundo Global de Checagem de Fatos (Feldman e Ma, 2022). O objetivo desse fundo é apoiar 135 organizações de checagem de fatos ao redor de 65 países, realizando serviços de checagem em 80 idiomas diferentes.

Feldman e Ma (2022) explicam que o apoio financeiro do fundo ajuda novas iniciativas de checagem de fatos a difundir seus trabalhos e reduzir os danos da desinformação por fake news na sociedade. A ideia é que novas tecnologias sejam incorporadas para ampliar a presença digital, a otimização de iniciativas de checagem de fatos e a expansão de novos formatos para atrair mais pessoas interessadas.

No Brasil, apenas três agências fazem parte da IFNC, entre elas a Agência Lupa que foi uma das beneficiadas pelo Fundo Global de Verificação de Fatos (Sud e Babkar, 2023). Apesar disso, outras frentes atuam no combate à desinformação.

Uma dessas frentes é através de materiais educativos, como a “[Cartilha da Desinformação](#)”, do coletivo Intervozes, que analisa as estratégias e impactos da disseminação de fake news na atualidade, reforçando a necessidade de mais iniciativas de checagem de fatos. Esse material, lançado em 2019, também trabalha a perspectiva de que a desinformação é um fenômeno muito mais complexo do que apenas fake news, e por isso tenta “retomar suas origens, discutir seus impactos na política e para a liberdade de expressão, bem como apresentar possíveis saídas para esse problema” (Intervozes, 2019, p. 5).

Para isso, o coletivo resgata episódios de desinformação por fake news que aconteceram na sociedade brasileira nos últimos anos. O Intervozes (2019) apresenta dados de instituições como o Ibope e o Instituto Tecnologia e Sociedade (ITS Rio) sobre a corrida presidencial de 2018, trazendo à tona a grande proliferação de notícias falsas que foi determinante para a eleição de Jair Bolsonaro e, buscando, assim, informar a população sobre os impactos das fake news na sociedade brasileira.

Outra ação exposta pela cartilha, a fim de alertar a população durante esse período, foi a incidência de “Dark Posts”. Esse mecanismo produz desinformação a partir do fato de que “as postagens são direcionadas a públicos específicos ficando ocultas para o público geral, imprimindo, assim, uma visão parcial da realidade definida a partir do poder econômico” (Intervozes, 2019, p. 10).

O Intervozes (2019) ainda cita algumas das fake news mais veiculadas durante o período eleitoral de 2018, dando enfoque em como pautas como a LGBTfobia foram utilizadas para instrumentalizar um pânico generalizado na população que não tinha acesso a veículos de informação confiáveis. Assuntos “kit gay” e “mamadeira de piroca” foram amplamente atrelados a planos de governos de esquerda, a fim de causar repulsa à população.

Por conta desses fatores, a cartilha tem potencial de conscientização popular em relação ao projeto de poder das fake news, a partir do tratamento dessas redes como um

capital que está em “busca de aumentar a sua concentração de poder, no qual prevalecem as forças reacionárias, ainda que não sejam as únicas, em suas cruzadas ideológicas contra iniciativas progressistas” (Intervozes, 2019, p.14). A partir disso, a cartilha ainda traz uma reflexão sobre como o anti-intelectualismo é reverenciado na sociedade pós-moderna, e como o autoritarismo na contemporaneidade se estabelece à medida que o pânico se instaura generalizadamente entre a população.

Outra frente que vem atuando para o fortalecimento e qualificação do jornalismo desde os anos 90 é a ANDI - Comunicação e Direitos. Segundo o site oficial da ANDI, a associação tem desempenhado um papel importante para promover uma cultura informacional que valorize os direitos humanos, os das crianças e jovens, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável por meio do jornalismo.

Embora não trabalhe diretamente com serviços de checagem de fatos e desinformação por fake news, a ANDI - Comunicação e Direitos busca atuar em ações na democratização ao acesso à comunicação e promoveu um ambiente midiático mais responsável. A ANDI tem como proposta a pluralização da mídia e um ecossistema de mídia diversificado (ANDI, 2025).

O poder público brasileiro também já atuou em algumas frentes de combate à fake news. Campanhas governamentais, como o projeto “Saúde com Ciência”, lançado em 2023 pelo Ministério da Saúde, foram desenvolvidas para combater o negacionismo científico. Segundo o site oficial do ministério, o programa faz ações em diferentes formatos que promovem informações integradas sobre as políticas públicas de saúde no Brasil, e tenta controlar os efeitos negativos da desinformação científica.

De acordo com as diretrizes do programa, alguns objetivos foram definidos para essa função. Na tentativa de ampliar a divulgação de informações relevantes e colocar a população em contato direto com autoridades da área da saúde, o programa criou canais de comunicação em redes sociais, WhatsApp, email e no site oficial.

Há também um portal online para a difusão de informações confiáveis, vídeos do YouTube desmistificando fake news sobre determinados assuntos, parcerias com plataformas digitais e campanhas de comunicação em massa.

Segundo informações do site oficial, um dos principais focos do Saúde com Ciência é combater a disseminação de fake news sobre vacinas. Esse assunto entrou em pauta durante a pandemia do COVID-19, e até hoje causa danos para a sociedade brasileira. Na ocasião, a grande incidência de fake news prejudicava as medidas que visavam a contenção da transmissão de Covid-19 (Belem, 2019).

Belem (2019) explica que a pandemia foi um cenário propício para notícias desesperadoras e manipuladas, o que reforçou a necessidade de se informar por fontes oficiais e verificáveis para a segurança informacional da população. Considerando esse contexto, o presente estudo buscou pesquisar sobre duas iniciativas de checagem de fatos que desempenham papéis importantes no combate à fake news. A primeira delas será a “Fato ou Boato”, desenvolvida pelo governo brasileiro em 2020. A segunda será a Agência Lupa, elaborada por Cristina Tardáguila em 2015.

Apesar de só a Agência Lupa ter vínculo direto com a IFCN, por conta do alcance mundial de atuação da organização, seus parâmetros norteadores são indicadores reconhecidos para a avaliação de iniciativas de checagem de fatos. Levando isso em consideração, a pesquisa descritiva partiu dos cinco princípios éticos definidos pela agência internacional.

O primeiro princípio é a confiabilidade. A IFCN traça esse princípio a partir do apartidarismo, considerando que boas iniciativas de checagem de fatos devem ser isentas de interferências políticas e que seus signatários não se comprometam com posições e pautas políticas que as verificam (Bomfim, 2020).

Bucci (2018) explica que a desvinculação da factualidade da esfera política é uma cisão do método jornalístico. Isso porque faz parte da engenharia da política se apropriar das interpretações dos fatos a partir de um viés, mas cabe ao jornalismo apontar a verdade e difundi-la. Levando isso em consideração, no que diz respeito ao viés político na hora da checagem, as iniciativas de checagem de fatos devem seguir sempre o “mesmo padrão de verificação para qualquer tipo de fala ou notícia” (Cazetta, 2018, p. 48). Assim, o combate à fake news não pode ter nenhum vínculo com partidos e pessoas públicas.

O segundo princípio é o da transparência das fontes. A IFCN explica que boas iniciativas de checagem de fatos realizam um trabalho de credenciamento do leitor como agente ativo na verificação dos resultados de determinada checagem de fontes. É importante o fornecimento de todas as fontes de certa informação, a fim de detalhar suficientemente os fatos para que o leitor possa replicar a checagem (Bomfim, 2020).

Levando isso em consideração, é imprescindível que o leitor entenda os caminhos que a informação traçou antes de chegar até ele. Justamente por isso é recomendado “evitar ao máximo a exploração de fontes anônimas, o famoso ‘off’ do jornalismo, sendo exceção aqueles casos em que a segurança pessoal da fonte esteja risco verificado” (Cazetta, 2018, p. 48).

O terceiro princípio é o da transparência dos investimentos financeiros e de organização. Cazetta (2018) explica que o esclarecimento a respeito dos investimentos necessários para a existência de determinada iniciativa é fundamental para não haver suspeitas de interferência comercial ou editorial em determinados conteúdos de checagem.

O quarto princípio de avaliação é a transparência com a metodologia de trabalho usada para a checagem de fatos. Boas iniciativas se preocupam em explicar ao leitor os como “checar a informação, bem como a explicação dos termos classificatórios das notícias a serem publicadas” (Cazetta, 2018, p. 49).

O quinto e último princípio é um dos mais determinantes para um trabalho de checagem de fatos com credibilidade ao leitor. O compromisso com correções de erros expostas publicamente assegura a confiança da intencionalidade de uma checagem de fatos transparente. Esse parâmetro determina a capacidade de uma iniciativa de dar destaque a um trabalho feito equivocadamente, evitando assim mascarar erros. Essa abordagem parte do pressuposto que, para a checagem de fatos, é mais importante a exatidão do que a pressa (Cazetta, 2018).

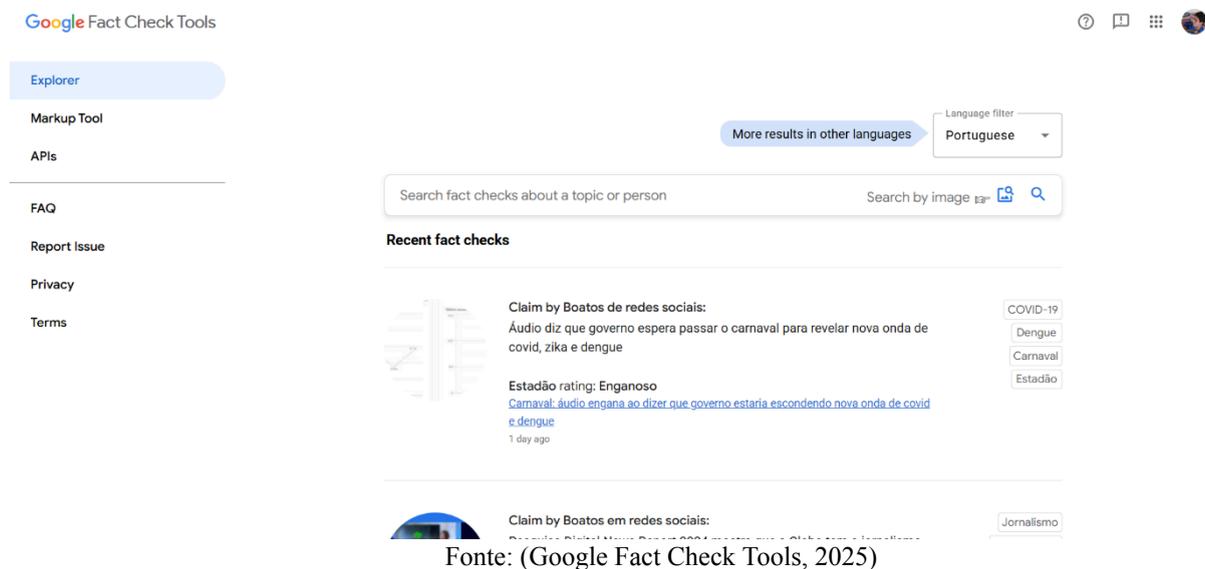
O objetivo inicial deste trabalho também era analisar uma terceira iniciativa de checagem de fatos, a Google Fact Check Tools. No entanto, durante a pesquisa, ficou evidente que o conglomerado de ferramentas fornecidos pela empresa de tecnologia não realiza checagens próprias, mas apenas funciona como um mecanismo de busca que indexa verificações feitas por vários tipos de agentes ao redor do mundo. Levando isso em consideração, os cinco princípios da IFCN não se aplicam à ferramenta, já que ela não se propõe a realizar um trabalho de checagem próprio.

Entretanto, há algumas considerações sobre a Google Fact Check Tools que ajudam a entender o desenvolvimento do trabalho de checagem de fatos nos últimos anos. O desenvolvimento dessa iniciativa só foi possível dentro do investimento em ações da Google News Initiative, setor da empresa que busca estratégias para fortalecer sua presença no jornalismo, como a doação de 13.2 milhões de dólares destinados às agências ligadas à IFCN. (Feldman e Ma, 2022).

Segundo o site oficial da Google, os próprios recursos do Fact Check Tools foram desenvolvidos para auxiliar jornalistas e profissionais da área de checagem de informações. Seu principal recurso é o Fact Check Explorer, um mecanismo de pesquisa que reúne todas as verificações indexadas na ferramenta. É possível realizar buscas por alegações específicas e até por palavras-chave. O usuário pode obter resultados de cerca de 150 mil verificações de fatos diferentes, realizadas por agentes acreditados (Feldman e Ma, 2022).

Ao processar a solicitação, o Fact Check Explorer expõe os resultados encontrados. É possível localizar o nome da fonte, o veredito da checagem, a data da publicação e um link para o relatório original.

Imagem 1 - Google Fact Check Explorer



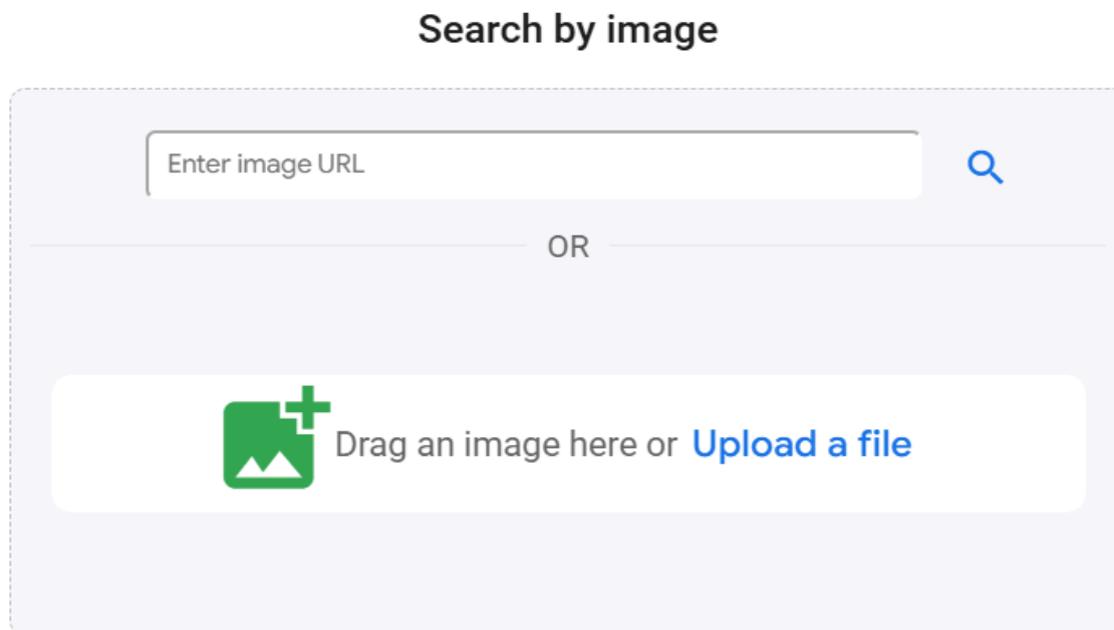
Fonte: (Google Fact Check Tools, 2025)

Feldman e Ma (2022) explicam que a ordem de exposição dos artigos prioriza as verificações mais relevantes e completas, além de oferecer uma panorama do que diferentes meios falam sobre um assunto. A ferramenta também expõem fontes falaciosas e credita os agentes responsáveis por desmentir as fake news específicas.

O Fact Check Explorer classifica as informações em categorias objetivas como: “Verdadeiro”, “Falso”, “Enganoso”, “Distorcido” e “Parcialmente verdadeiro”. A ferramenta também detecta alegações não propriamente verificadas, mas que possuem assuntos relacionados que já foram checados.

O Fact Check Explorer também possibilita a busca por imagens. Antes dessa novidade, o “processo de apuração de imagens era difícil” (Sud e Babakar, 2023), e não havia métodos suficientemente eficientes para descobrir a veracidade de uma foto.

Com essa atualização, é possível investigar o contexto da linha do tempo de uma imagem na internet, identificando quando e como ela foi divulgada. O usuário tem acesso a todas as referências utilizadas na verificação, visando combater a manipulação de imagens. A pesquisa pode ser feita pela URL da imagem ou pela indexação diretamente do arquivo.



Fonte: (Google Fact Check Tools, 2025)

#### 4.1 Fato ou Boato

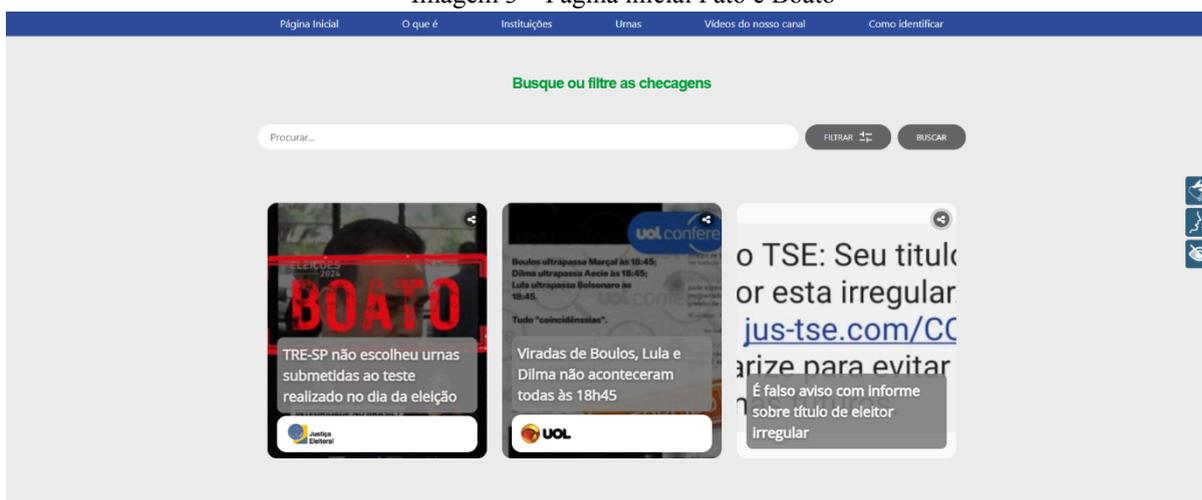
A primeira iniciativa de checagem de fatos analisada é a “Fato ou boato”, fortemente atuante pela Justiça Eleitoral durante as eleições de 2022. De acordo com o site oficial da iniciativa, a Fato ou Boato foi criada pelo Tribunal Superior Eleitoral para ampliar a checagem de informações durante o período eleitoral, servindo como filtro de notícias falsas durante essa época. Além disso, a Fato ou Boato também tem o objetivo de fomentar a circulação de conteúdos verídicos e estimular a divulgação de conteúdos educativos sobre uma leitura crítica de informações.

Justamente por ser uma iniciativa estatal, a Fato ou Boato cumpre bem o princípio de transparência de financiamento e organização. Os investimentos para o desenvolvimento e aprimoramento da iniciativa são feitos pelo poder público.

A Fato ou Boato faz parte do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação, que conta com mais de 70 instituições em sua formação. Segundo o site oficial da Fato Ou Boato, o programa tem como objetivo primordial combater as fake news através da disseminação de informações verídicas e de qualidade. Dessa forma, há uma conscientização da população de questões públicas e do estímulo à confiança em fontes oficiais do Estado. Algumas das instituições participantes mais famosas são: Estadão Verifica, AFP, E-farsas, Comprova, Uol, aos fatos, e Justiça Eleitoral.

De acordo com o site oficial da iniciativa, a Fato ou Boato surgiu não só como um agente ativo no esclarecimento de notícias falsas divulgadas em massa, mas também para a disseminação de informações verídicas e incentivar a checagem de fatos por meio de checagens. Para isso, ela conta com um sistema de busca e filtragens por notícias em sua página inicial.

Imagem 3 – Página inicial Fato e Boato



Fonte: (Justiça Eleitoral Brasileira, 2025)

A Fato ou Boato também é a base do projeto Coalizão, no qual nove das principais agências de checagem do Brasil se juntam em apoio à disseminação de conteúdos checados e que promovam esclarecimentos essenciais para as escolhas dos eleitores. Nesse sentido, a plataforma desempenha um papel importante no combate à desinformação eleitoral.

Barreto (2022) explica que a Fato ou Boato vem como respostas às estratégias de comunicação contemporâneas a projetos políticos que contestam o estado democrático e buscam influenciar nos processos eleitorais através da manipulação dos fatos, em detrimento da veracidade da informação. Ela combate a desinformação política que é feita a partir da intencionalidade.

Para isso, a Fato ou Boato também procura desempenhar um papel de conscientização da população sobre como realizar a identificação de fake news. A plataforma da iniciativa conta com uma aba exclusiva para isso.

Imagem 4 – Página de orientações da Fato ou Boato



Fonte: (Justiça Eleitoral Brasileira, 2025)

O Brasil sofre com um forte ecossistema de desinformação, que atinge a democracia brasileira (Belem, 2023). Levando isso em consideração, o surgimento da iniciativa aconteceu justamente em frente a popularização dos debates sobre fake news, que repercutiu após a eleição presidencial de 2018, na qual Jair Bolsonaro foi proclamado Presidente da República.

A campanha de Bolsonaro foi “marcada pela utilização massiva das redes sociais, especialmente o Twitter, como estratégia de propagação de conteúdos desinformativos” (Belem, 2023, p. 16), e por conta disso, acendeu os alardes sobre os os perigos que esse fenômeno pode causar ao Estado Civil de Direito.

Esse resultado foi consequência do debate eleitoral brasileiro ser “voltado para a internet, aliado à polarização do pleito” (Portella, 2022, p. 76). Belem (2023) explica que esse fator foi determinante para a disseminação de fake news em grande escala durante o período eleitoral de 2022.

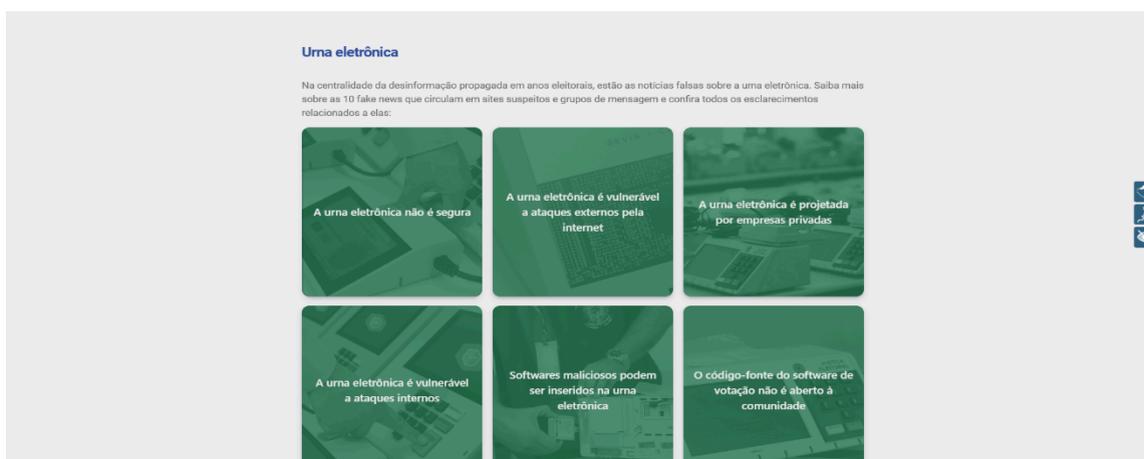
Além disso, o “vácuo regulatório” a respeito do controle de desinformação, que antecede essa época, possibilitou que a Justiça Eleitoral ficasse à mercê e despreparada para controlar a epidemia das fake news (Belem, 2023). Por conta disso, diante de tantas repercussões que esse fenômeno causou recorrentemente ao longo dos anos subsequentes, era de se esperar que o poder público desenvolvesse mecanismos capazes de controlar a situação imediatamente. Entretanto, não foi isso que aconteceu.

No processo eleitoral municipal de 2020, o seguinte ao presidencial de Bolsonaro, as fake news se moldaram às tentativas de mitigação dos danos adotadas pelo TSE. Agora, a

desinformação havia escolhido um novo alvo, a descredibilização da segurança do sistema de votação eletrônica e defesa da volta do voto impresso (Barreto, 2022).

Por conta disso, a Fato ou Boato desenvolveu com uma aba exclusiva para desmentir notícias falsas a respeito das urnas eletrônicas. Segundo o site oficial da plataforma, as fake news sobre a metodologia do sistema de votação estão na centralidade da desinformação das campanhas eleitorais da atualidade. Isso porque a urna eletrônica é constantemente atacada com falácias e desconfianças de sua segurança e precisão.

Imagem 5 - Interface Fato ou Boato



Fonte: (Justiça Eleitoral Brasileira, 2025)

A análise de fake news feita por uma ferramenta estatal dimensiona contestações ainda maiores por diferentes espectros da política. O princípio do compromisso com o apartidarismo não é muito claro, o que condiciona a população a levantar a possibilidade dessa ferramenta tentar favorecer um dos lados desse espectro. Portanto seria necessário que suas análises ocorressem “de forma abstrata e preventiva, pois forçosamente haverá censura e agressão à liberdade de expressão” (Barreto, 2023, p. 15).

Por conta disso, para que as iniciativas de checagem de fatos usadas pelo Estado sejam efetivas, seria necessário que a lei fosse muito clara sobre a análise dessas notícias. Para Rais (2018), para que cada magistrado não aja à sua maneira, e dessa forma crie suspeitas de violação ao processo eleitoral, é importante que a exclusão de conteúdos nas redes sociais não seja feita de forma arbitrária. Da mesma forma, a estipulação dessas leis de controle não devem estabelecer padrões inalcançáveis da divulgação de informação, de modo a promover um silenciamento sutil dos meios de comunicação.

Outro fator que corrobora com essas desconfianças dos mecanismos de combate a fake news, durante o período eleitoral, é o imaginário de que conteúdos removidos são censurados. A partir dessa premissa, a insistência em remover informações suspeitas de

forma muito rápida pode favorecer um cenário em que “parece um sistema em que você cria um perigo claro de que opiniões impopulares sejam removidas e em que órgãos públicos tenham poderes para decidir o que é verdadeiro” (Sá, 2022, p. 18).

Por conta disso, apesar de ter uma boa reputação pública no fornecimento das informações, a Fato ou Boato não atende muito bem o princípio transparência e detalhamento mais profundo sobre sua metodologia. Levando isso em consideração, a confiabilidade da ferramenta é limitada ao que é reportado nas mídias e redes sociais.

Apesar de não haver uma exposição tão clara quanto a metodologia da Fato ou Boato, e portanto, não atender tão bem esse princípio de transparência, Belem (2023) explica que análise de referências de matérias jornalísticas publicadas em períodos eleitorais foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento da Fato ou Boato. A identificação e checagem da ferramenta não envolve necessariamente uma análise de dados ou códigos, mas apurações feitas por equipes de jornalistas especializados.

Imagem 6 – Vídeos da Fato ou Boato



Fonte: (Justiça Eleitoral Brasileira, 2025)

A rede da Fato ou Boato fornece checagens rápidas aos seus usuários. A ferramenta alimenta canais de resposta e fundamenta “alertas canalizados para plataformas sociais para facilitar sua tomada de decisão fundamentada” (Rubio e Monteiro, 2023, p. 12). Algumas de suas checagens deixam a desejar na exposição de fontes consultadas de algumas informações, com exceção daquelas que têm palavras linkadas para artigos ou notícias específicas sobre determinada pauta.

A Fato ou Boato também é insuficiente no princípio de correções abertas sobre possíveis erros de checagem. Não há nenhuma sinalização na plataforma da iniciativa dedicada a isso.

## 4.2 Agência Lupa

A Agência Lupa, fundada em 2015 no Rio de Janeiro, se autodenomina como a primeira agência de checagem de fatos do Brasil (Dos Santos, 2019). O trabalho da Lupa é contínuo e ativo ao longo de 10 anos, monitorando a disseminação de informação nas redes sociais, especialmente em períodos eleitorais. Entretanto, apesar de sua história ser “tão recente quanto o uso do termo checagem no jornalismo brasileiro” (Dos Santos, 2019, p. 62), a ideia de desenvolver algum serviço de checagem começou antes mesmo da idealização da Lupa como uma agência que realizava esse tipo de trabalho.

Imagem 7 - Página inicial da agência Lupa



Fonte: (Lupa Uol, 2025)

Após a jornalista Cristina Tardáguila ter tido contato com agências internacionais que realizavam checagem de fatos, e frente a iminente corrida eleitoral de 2014, o grupo Globo desenvolveu o blog “Preto no Branco”. Os serviços prestados pelo site representaram um

um diferencial na cobertura do O Globo nas eleições de 2014. Segundo Tardáguila, o blog realizou 370 checagens nos quase noventa dias de campanha presidencial. O resultado desta apuração mostrou que mais de 50% das informações divulgadas pelos candidatos tinham problemas. Elas foram consideradas exageradas, insustentáveis e até falsas. Para divulgar esses dados, o blog usou as redes sociais do jornal O Globo, Twitter e Facebook (Dos Santos, 2019, p. 63).

Foi a partir desses dados alarmantes e dessa urgência de mercado que a agência surgiu. Dos Santos (2019) conta que, em parceria com a revista Piauí, os primeiros esboços da Lupa já haviam sido idealizados em 2014 por Tardáguila.

Já no ano seguinte à sua fundação, em 2016, a Lupa foi atuante na sua primeira cobertura eleitoral. Na ocasião, a agência agia na checagem de declarações dos candidatos a prefeito dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi nessa campanha que a Lupa consolidou seu modelo de trabalho, abastecendo outros veículos de comunicação com serviços de checagem de fatos.

No seu começo, a empresa recebeu um investimento inicial da Editora Alvinegra, que se manteve até 2018. Durante essa época, o site da iniciativa ainda era vinculado à revista Piauí e já tinha sua página oficial vinculada ao UOL, o que se mantém até hoje. Cumprindo com o princípio de confiabilidade e transparência no financiamento de informações, a Lupa revela essa relação, mas afirma nunca houve “interferência editorial, administrativa ou jurídica nas decisões da Lupa” (Dos Santos, 2019, p. 63).

Dos Santos (2019) explica que relação foi de interesse da revista Piauí, já que todas as checagens eram postadas em seu portal online. Dessa forma, a presença da Piauí no ambiente digital era estimulada pelos novos conteúdos fornecidos pela Lupa aos leitores da revista.

Hoje em dia a Lupa funciona como empresa independente. Suas atividades são financiadas por diversas fontes, incluindo doações e financiamentos pessoais para projetos específicos.

Em relação às parcerias, a agência já produziu conteúdo juntamente com os maiores conglomerados de tecnologia do mundo. Conteúdos já foram desenvolvidos em parceria com a Google, Meta, WhatsApp, TikTok e Twitter, fornecendo verificações para as redes sociais.

A relação com a Google, por exemplo, ajudou na consolidação de iniciativas importantes dentro da Lupa. Dos Santos (2019) explica que, em 2017, a Lupa recebeu um investimento de R\$90 mil da empresa para o desenvolvimento de projetos de educação digital.

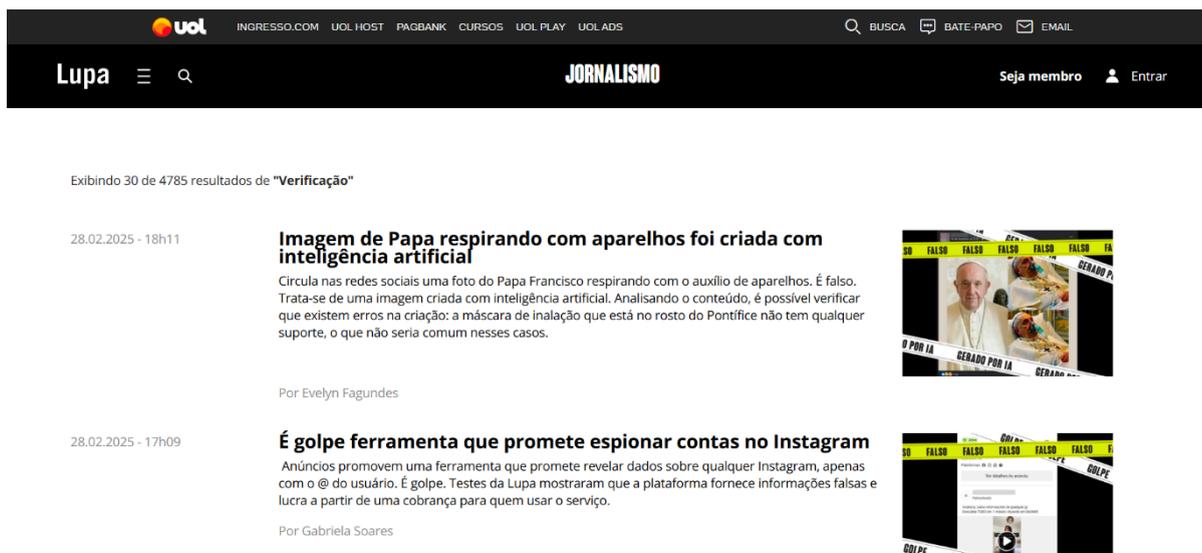
A parceria com a Meta também foi de interesse da agência. Em 2018 a Lupa desenvolveu o Projeto “Lupe!”, que tinha como objetivo a “construção de um chatbot e a gravação de uma série de boletins audiovisuais com checagens focadas no período eleitoral” (Dos Santos, 2019, p. 67). O grupo do Facebook então investiu R\$250 mil para apoiar a iniciativa. O projeto possibilitou que a Lupa fosse integrada no Third-Party Checking Program, um projeto onde são categorizadas denúncias de fake news feitas por usuários nas plataformas da empresa.

Para além do trabalho prático de atuar com a checagem de fatos e combate a fake news, a Lupa tem como fundamento primordial a conscientização da população aos riscos da desinformação na sociedade e no Estado democrático. Dos Santos (2019) explica que um dos principais objetivos da Lupa é contribuir para o debate público. Isso significa que realizar trabalhos de contenção de danos não é suficiente para o combate à desinformação, mas sim a formação de leitores críticos.

Paralelamente, não é objetivo da Lupa formar leitores que pensam da mesma forma. As equipes da Lupa trabalham pensando nas transparências previstas em seu código de conduta.

Levando isso em consideração, em 2017 a atuação da Lupa foi dividida em dois núcleos. O primeiro deles, e o mais tradicional, é o “Lupa Jornalismo”, especializado na checagem de fatos. Esse núcleo conta com a página de verificações na ambiente online da iniciativa.

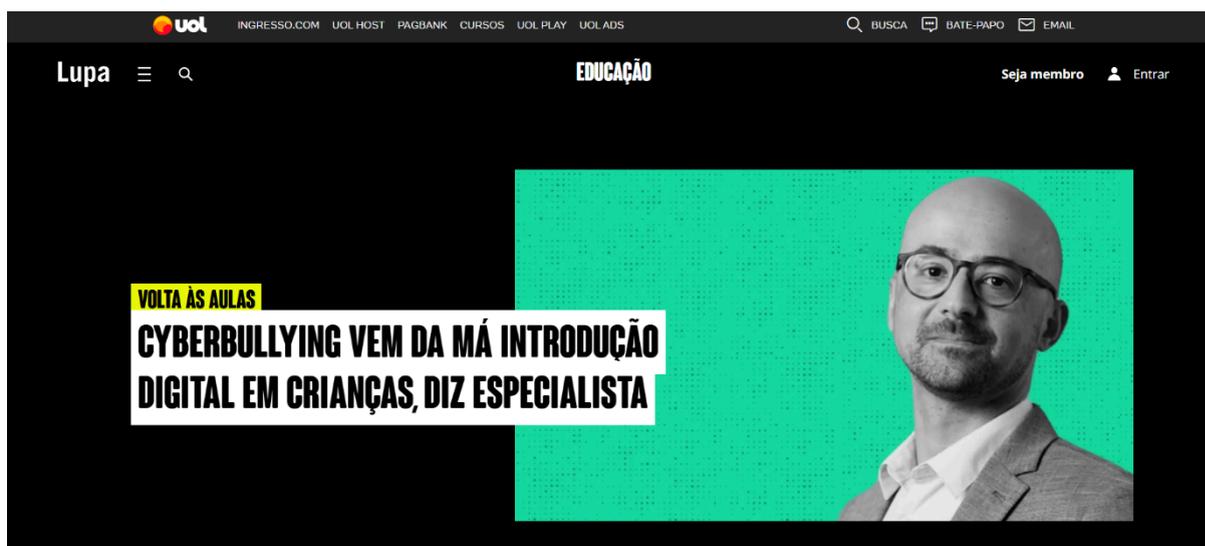
Imagem 8- Página de checagens Agência Lupa



Fonte: (Lupa Uol, 2025)

Já o segundo é o “Lupa Educação”, voltado para oficinas e treinamentos de ações de pesquisa em contextos midiáticos. Em parceria com outras organizações de ensino, a agência “oferece palestras e workshops sobre fact-checking a estudantes e profissionais de qualquer formação” (Dos Santos, 2019, p. 67).

Imagem 9 - Página de educação da agência Lupa



Fonte: (Lupa Uol, 2025)

A agência tem uma página destinada à exposição de sua metodologia. Ela foi “desenvolvida com base nas plataformas de fact-checking implantadas na argentina Chequeado e na americana Politifact” (Dos Santos, 2019, p. 64).

O processo todo consiste em oito etapas e pode ser encontrado no site da Lupa (Dos Santos, 2019). O primeiro passo é a apuração diária das falas ditas por figuras influentes mundialmente, sejam políticos, líderes, celebridades, jornais etc. A partir disso, a equipe da agência seleciona uma pauta e a analisa a partir de três critérios de relevância: prioriza declarações em destaque nacional, que são de interesse público brasileiro e que tenham repercutido na imprensa ou internet. Na pauta, é especificado “quem fala” “o que fala” e “que barulho faz”.

Segundo o site oficial da agência, dentro de sua metodologia, a Lupa também faz análises mais voltadas para a semântica do discurso, verificando alegações e analisando informações a partir do contexto dos fatos e das fontes. Da parte de dados e documentos, a Lupa também faz uma análise estrutural de materiais oficiais divulgados em redes sociais, o que, segundo a agência, dá mais credibilidade técnica às fontes.

Além disso, a Lupa cumpre bem o princípio de transparência quanto a fontes, à medida que disponibiliza todos os bancos de dados, links e referências nas verificações que realiza. Dessa forma, é “possível averiguar as informações que o jornalista consultou para a produção da apuração” (Dos Santos, 2019, p. 66), e, assim, tem condições de cumprir com o princípio da transparência das fontes.

Esse processo aproxima o leitor do processo de apuração de uma notícia, desenvolvendo uma relação de transparência maior. Não é do feitio da agência utilização de fonte anônima como parâmetro de pesquisa.

Apesar disso, a organização das categorias de notícias do site é bem clara e acessível, com links diretos para as fontes das informações e artigos completos sobre os temas. Todo o conteúdo analisado pela Lupa é categorizado em classificações como “Internacional”, “Conspiração”, “Política”, “Educação”.

Para categorizar todo o conteúdo analisado, a Lupa usa um sistema de etiqueta em todas suas postagens. Elas são divididas em

Verdadeiro (A informação está comprovadamente correta); verdadeiro, mas (A informação está correta, mas o leitor merece um detalhamento); ainda é cedo para dizer (A informação pode vir a ser verdadeira, ainda não é); Exagerado (A informação está no caminho correto, mas houve exagero de mais de 10% e de menos de 100% frente ao total real); Subestimado (Os dados reais são ainda mais graves dos que o mencionado. A informação foi minimizada de 10% a 100%); Contraditório (A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte antes); Insustentável (Não há dados públicos que comprovem a informação); Falso (A informação está comprovadamente incorreta); de olho (Etiqueta de monitoramento) (Dos Santos, 2019, p. 65).

Dos Santos (2019) explica que essa classificação é pensada justamente para categorizar a subjetividade de um processo, teoricamente, muito objetivo. Apesar disso, assim como em qualquer outro meio de comunicação, a Lupa está sujeita a equívocos em sua produção.

## Imagem 10- Classificações da agência Lupa

Saiba agora o que significa cada etiqueta usada pela Lupa em checagens e verificações e quando elas são empregadas:

### **VERDADEIRO**

A informação está comprovadamente correta.

### **FALSO**

A informação está comprovadamente incorreta.

### **FALTA CONTEXTO**

A informação exige um detalhamento para contextualizá-la.

### **EXAGERADO**

A informação traz dados inflados ou é uma afirmação superdimensionada.

### **SUBESTIMADO**

A informação traz dados minimizados ou é uma afirmação subdimensionada.

### **CONTRADITÓRIO**

A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte antes.

### **INSUSTENTÁVEL**

Não há dados públicos que comprovem a informação.

Fonte: (Lupa Uol, 2025)

Segundo Dos Santos (2019), alguns dos maiores veículos de informação têm políticas próprias para lidar com erros internos e retificações. Muitas vezes essas políticas envolvem ações para abafar e ocultar alguns equívocos, e a credibilidade com público funciona em uma dinâmica de moeda de troca para esses meios de comunicação.

Entretanto, esse modo de produção nem sempre é o mais honesto com o leitor. Isso porque a apuração e a correção desses erros não é muito bem feita, já que “pouco interessa a uma empresa dar tanta transparência de seus deslizes diretamente aos seus clientes, no caso, os leitores” (Christofoletti e Prado, 2007, p. 2).

Dos Santos (2019) explica que a credibilidade da Lupa se constrói junto aos leitores. Erros na produção de notícias já são danosos, mas a falha no processo de checagem é sintoma de problemas mais severos no jornalismo contemporâneo. Por isso é um serviço tão mais urgente.

Atendendo ao princípio de compromisso com correções abertas, em eventuais erros a Lupa tem um compromisso de realizar uma identificação e correção pública. A fim de

cumprir com o código de ética da IFCN, a Lupa não deleta o conteúdo do ar em seu site, mas apenas sinaliza o equívoco no topo do conteúdo. Também há a troca de etiquetas da classificação se houver necessidade, o que também é publicamente informado (Tardáguila, 2016).

Segundo o site oficial da Lupa, nas redes sociais a agência se reserva o direito de apagar os conteúdos errados, mas não sem antes substituí-los com os corretos. Por fim, todos os clientes da Lupa que tiverem compartilhado informações inverídicas são contratualmente obrigados a realizar as devidas correções (Dos Santos, 2019). Essas medidas cumprem bem com o princípio de correções abertas e honestas.

Além disso, como membro oficial da IFCN, a Lupa também tem a obrigação de mandar relatórios comprovando a execução das diretrizes da agência internacional. Ao ingressar na Agência Lupa, os funcionários assinam um termo jurídico de compromisso e zelo por essas diretrizes (Dos Santos, 2019).

Praticar o apartidarismo nem sempre é fácil, uma vez que é necessário “uma busca de equilíbrio entre o número de declarações checadas proferidas por figuras públicas com posicionamentos políticos e ideológicos da direita e da esquerda.” (Dos Santos, 2019, p. 65). Apesar disso, Lupa reitera que não é associada a nenhum partido político e que checa governo e oposição igualmente, atendendo positivamente o princípio do compromisso com o apartidarismo. Segundo informações da própria Lupa, os funcionários, inclusive, são oficialmente desencorajados a manter qualquer posicionamento político público (Lupa, 2018).

Pelo o que foi observado, a Lupa é bem sucedida no trabalho prezar pelos princípios éticos da IFCN. A agência já foi reconhecida e premiada internacionalmente. Em 2016, recebeu indicação ao Prêmio Gabriel García Marquez de Jornalismo por sua atuação na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. Na ocasião,

a equipe de jornalismo da Lupa preparou dois “tuitaços” (postagens na rede social Twitter) em tempo real para divulgar as ocorrências judiciais dos 513 deputados e dos 81 senadores que decidiram sobre o impeachment. Cada vez que um parlamentar declarava o seu voto, a Lupa “twittava” sobre a incidência ou não de ocorrências judiciais (Dos Santos, 2019, p. 68).

Como resultado, a Lupa apurou que, entre os 513 deputados e 81 senadores que votaram a favor do impeachment, havia 1407 ocorrências na justiça. A ação repercutiu em quase 5 milhões de visualizações no Twitter, e contou com a colaboração de influenciadores digitais.

Apesar disso, há uma questão que compromete o trabalho da Lupa. Dos Santos (2019) explica que o compromisso da Lupa em não fazer previsões do futuro, checagem de opinião e tendências, é um desafio em tempos de pós-verdade.

O autor explica que muitos leitores reclamam que a Lupa tem o hábito de realizar checagens de notícias, mas que nada verdade são declarações carregadas de opiniões. Apesar disso, a agência nega o hábito e reafirma seu compromisso de analisar apenas questões factuais. De acordo com Dos Santos (2019), o trabalho da Lupa procura não se restringir à dualidade entre verdadeiro e falso, mas mostrar os enquadros possíveis entre esses dois extremos.

Dos Santos (2019) explica que, em tempos de polaridade política no Brasil, isso causa certas discordâncias entre os leitores da Lupa. Entretanto, a direção da agência lida com isso na perspectiva de que

jornalismo não é matemática. Jornalismo não é física. As pessoas às vezes exigem que o fact-checking tenha uma ciência. Na verdade tentamos ser o mais objetivo possível dentro das humanas. Nem na física é possível ser objetivo. Dependendo do olhar a partir de determinado fenômeno se vê uma coisa diferente. Por isso que temos as etiquetas e as definições muito claras sobre quando cada uma delas é empregada. É óbvio que isso gera polêmica. É óbvio que gera chateação. Mas é do jogo. Nós checadores estamos acostumados com isso (Tardáguila, 2018, p. s/n).

A credibilidade da Lupa foi colocada em xeque na opinião pública em poucos momentos. Em uma das ocasiões, a agência havia classificado como “falsa” a notícia de que o Papa Francisco enviou um terço ao presidente Lula, enquanto estava preso em Curitiba.

A equipe da agência seguiu informações do site oficial do Vaticano que desmentiam essa notícia. Entretanto, essas informações foram alteradas em notas no site Vatican News, e a Lupa teve que se retratar expondo que não tinha acesso à informação verdadeira até o momento.

A Lupa procura contato com a Vatican News e o Vaticano. Espera um posicionamento oficial sobre o ‘envio’ do terço do Papa a Lula – e não apenas a bênção dele. Diante dessa espera, às 16h30 de hoje (13), optamos por alterar a etiqueta inicial aplicada, “ falso”, para “ de olho” (Lupa, 2018, arquivo eletrônico).

Apesar disso, Dos Santos (2019) explica que a Lupa recebeu muitas críticas pelo equívoco da checagem. Sobretudo porque a agência estava descredibilizando as páginas nas redes sociais que replicaram a notícia do Papa.

Tardáguila (2016), como criadora e idealizadora da Agência Lupa, explica que o papel de checagem e sua efetividade são voltadas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos

brasileiros. A jornalista enfatiza que a checagem tem muito a contribuir para alcançar esse fim.

A Lupa ainda também oferece serviços personalizados e feitos sobre demanda para outros meios de comunicação que necessitem checagem de fatos e combate a fake news. A agência vende seus serviços de checagem, seguindo o mesmo modelo de comercialização de agências internacionais pelo mundo (Dos Santos, 2019).

#### **4.3 Considerações sobre as iniciativas de checagem de fatos**

A pesquisa descritiva das iniciativas de checagem de fatos, originadas de diferentes meios, traz considerações sobre esse campo de estudo no século XXI. Há um enfoque para atender às novas demandas de informações no campo jornalístico contemporâneo. Apesar disso, é mais necessário do que nunca voltar ao pilar da produção de notícias com apuração (Dos Santos, 2019).

Cada uma das iniciativas, analisadas em seu respectivo enfoque, apresenta qualidades e limitações com potenciais de serem aprimorados. Embora cada uma delas desempenhe um papel em contextos sociais e políticos específicos, as três iniciativas buscam ampliar o alcance do combate à desinformação por fake news.

A Fato ou Boato, sendo uma ferramenta desenvolvida pelo governo, confere legitimidade às informações oficiais, principalmente no contexto de políticas públicas. Sua credibilidade entre o senso comum, no entanto, é totalmente dependente da confiança nas disputas polarizadas de diferentes espectros políticos.

A Google Fact Check Tools se destacou pela capacidade de integrar múltiplas fontes de verificação. Dessa forma, é possível averiguar que o conteúdo teve um alcance maior justamente por ter sido checado inúmeras vezes, principalmente pela Google ser uma empresa internacional.

Por fim, a Agência Lupa, enquanto iniciativa independente, se mostrou eficaz e com credibilidade na verificação rigorosa de fatos, embora a falta de recursos financeiros maiores seja um limitante em comparação com as demais iniciativas de checagem de fatos. Em contrapartida, o maior desafio que a agência pode enfrentar é aumentar sua atuação sem comprometer sua independência editorial e financeira.

Uma urgência comum a todas as iniciativas de checagem de fatos é a necessidade de análises mais rápidas frente ao grande volume de desinformação que circula na internet. Dos Santos (2019) explica que a indústria da desinformação está em constante consolidação, e por isso deve ser combatida constantemente com agilidade.

Conclui-se então que há um movimento para combater a desinformação por fake news, a epidemia do século XXI. Entretanto, concordamos com Dos Santos (2019), quando diz que “esse movimento ainda é tímido e tem como desafio conquistar a credibilidade do público desacreditado com a imprensa e que está imerso em um ambiente barulhento de informação em excesso” (p. 70).

Essas iniciativas de checagem de fatos podem representar uma ruptura na construção informacional tradicional, levando em consideração que produzem análises e aprofundam em narrativas jornalísticas mais complexas. Diferente do modo de produção do passado, que antes privilegiava a objetividade e a simplificação da notícia, os conteúdos desenvolvidos pelas checagens ampliam uma leitura mais crítica e desafiam a construção da informação sob neutralidade (Traquina, 2013).

A necessidade de incrementar ainda mais essas iniciativas vêm em sincronia com os avanços dos processos de comunicação do jornalismo. Em entrevista ao time de comunicação da Google Brasil, o repórter da Lupa Chico Marés afirma que o jornalista do mundo moderno não pode ser tão analógico. Com a grande demanda e circulação de informações, não faz sentido não se aproveitar de iniciativas como as de checagem de fatos.

## 5. CONCLUSÃO

A urgência de aprimoramento das iniciativas de checagem de fatos está diretamente relacionada com a integração de aparatos que não são nem máquina nem humana, mas que funcionam de alguma forma com base em elementos da hiperinteligência proposta por Di Felice (2023).

A necessidade de interações entre humanos, notícias e dados não podem mais ser interpretados com velha dialética e discrepância entre o homem e a técnica, o natural e o artificial. Na era da digitalização das informações, não se pode olhar para esses aparatos e meio de comunicação de uma

maneira instrumental (trata-se apenas de tecnologia), dicotômica (nós humanos versus as máquinas), antropocêntrica (mantendo o humano no circuito e no controle), alinhadora (respeito aos valores humanos) e dominante (o humano é responsável por as decisões) de um certo humanismo. Muitas vezes é acompanhada por uma inclinação anestésica da ética fácil e consoladora (Accoto, 2023, p. 4).

É importante pensar na construção das notícias, e consequentemente das verdades, de forma diferente do passado. A partir de redes, não mais sistemáticas, mas conectivas, é possível se entender e dar significado para as experiências humanas no mundo contemporâneo (Di Felice, 2023).

Além disso, a concepção de Di Felice (2023) sobre as hiperinteligências como uma nova forma de produzir conhecimento, está relacionada com a incapacidade de desvincular o ser humano com o fator tecnológico na contemporaneidade.

O desenvolvimento social está mais do que nunca vinculado com o avanço das tecnologias, sobretudo no ambiente digital. Isso porque

a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre, em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (Castells, 2000, p. 26).

Castells (2020) explica que a relação entre a tecnologia e a sociedade não necessariamente é determinante para sua constituição, mas seus desenvolvimentos funcionam em sinergia. A aplicação dos conhecimentos tecnológicos retroalimenta inovações e seus usos pelas pessoas, e consequentemente, mais rápido é o alcance de suas potencialidades de impacto social.

Ao mesmo tempo, a complexidade conectiva dessas novas produções de verdade se torna um desafio na era da pós-verdade. A expansão dos meios de comunicação, à medida

que o ser humano se torna agente atuante na construção da notícia e do conhecimento, cada membro da sociedade “acredita com mais facilidade nas notícias que reafirmam suas crenças e suas verdades estabelecidas mesmo que as informações contidas nelas sejam comprovadamente falsas (Dos Santos, 2019, p. 70).

Dos Santos (2019) explica que essa tendência é favorecida por um viés de confirmação, que dificulta até mesmo que dados factuais penetrem os meios de comunicação em extremos políticos opostos. Por conta disso, as pessoas se tornam cada vez mais incapazes de dialogar.

É a tentativa de polarizar um sistema de informação em uma época em que os processos de comunicação são cada vez mais complexos. Schlemmer (2023) problematiza essa construção antropocêntrica e dualista do mundo, a partir do momento que se entende que a construção da verdade funciona a partir das relações ecológica-conectivas.

Em função desse fato, a construção da informação na era da pós-verdade também é suscetível de manipulação através da proliferação de fake news. Isso porque, segundo acredita Morin (1998), as “notícias falsas só existem porque as pessoas precisam de notícias, verdadeiras ou não, para alimentar as próprias certezas” (p. 35).

A desinformação por fake news então pode ser utilizada como instrumento para a realização de algum tipo de projeto de poder. A facilidade com que elas são projetadas se dá pelo fato de que, ao contrário de apurações complexas a fim de produzir uma notícia verdadeira, a “desinformação é simples e barata, o que permite que as fake news sejam transformadas em memes, gifs ou vídeos compartilhados nas redes sociais de forma incontrolável” (Dos Santos, 2019, p. 70).

Por conta disso, a medida que a globalização e a rapidez com que a sociedade tem acesso a informação avançam, iniciativas de checagem de fatos como a “Fato ou Boato”, os recursos da “Google Fact Check Tools” e a “Agência Lupa” se tornam cada vez mais necessárias. Na sociedade moderna é preciso “sair das bolhas e ir contra padrões enlatados que podem nos salvar, pois a vida é bem mais rugosa [...] A vida é mais rizomática do que cartesiana” (Ferrari, 2018, p. 164).

A ruptura das verdades absolutas que as fake news tentam reproduzir só podem ser feitas com efetividade através de investimentos constantes nessas iniciativas (Dos Santos, 2019). O trabalho que elas realizam, considerando o conceito de hiperinteligências de Di Felice (2023), pode ser impulsionado tanto no aspecto da automação nos processos de análise, quanto no aspecto na conscientização dos perigosos dos métodos de desinformação por fake news. Ambos devem ser considerados para o desenvolvimento das iniciativas de

checagem de fatos, a partir do entendimento das hiperinteligências como agentes mediadores da informação.

Segundo McLuhan (1964) a automatização da comunicação em tempos das digitalizações das relações é descentralizada e integrada. Por conta disso, as iniciativas de checagem de fatos enfrentam desafios para se adaptarem em um ambiente comunicacional que está em constante transformação. Para aumentar sua eficácia, essas iniciativas devem trabalhar com o aprimoramento de tecnologias, baseadas em hiperinteligências de alguma forma, que permitam com que elas sejam agentes dinâmicos e que ampliem o alcance do monitoramento de notícias em tempo real.

Em relação à conscientização coletiva para combate às fakes, é importante considerar a educação informacional em tempos de desalfabetização digital. A inclusão digital “deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária” (Silva; Jambeiro; Lima; Brandão, 2005, p. 30).

Como nos lembra Cosimo (2023), a nova era da informação é capaz de estabilizar economias, empresas e mercados e toda ordem do discurso é afetada por ela. Por isso, as iniciativas de checagem de fatos podem ser fundamentais para a desmistificação de fake news, e na contenção de danos por desinformação causados por elas na sociedade.

## Referências

- ACCOTO, Cosimo. A potência da latência: inteligência artificial generativa - textos, imagens, agentes. *In: NEUTZLING, I. Depois da Inteligência Artificial*. São Leopoldo: IHU ideias, 2023. p. 7-30.
- ALLCOTT, Hunt.; GENTZKOW, Matthew. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017.
- SHANNON, Claude. XXII. **Programming a computer for playing chess**. *The London, Edinburgh, and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science*, v. 41, n. 314, p. 256–275, mar. 1950.
- BARBOSA, Xênia de Castro. **Breve introdução à história da inteligência artificial**, *Jamaxi*, v. 4, n. 1, 2 jun. 2020.
- BELLUZZO, Regina Célia Babtista. **Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores**. *Educação Temática Digital*, 6 (2), 30. 2005.
- BRISOLA, Ana Cristina.; BEZERRA, Arthur. **Desinformação e circulação de “Fake News”**: Survey. *XIX Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*, v. 6, n. 7, 2018.
- BRITO, Vladimir. de Paulta Brito.; PINHEIRO, Mata Macedo Kerr. **Poder informacional e desinformação. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 1 jul. 2015.
- BUCCI, Eugênio. **Pós-política e corrosão da verdade**. *Revista USP*. São Paulo, n. 116, p. 19-30, janeiro/fevereiro/março 2018.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. **A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstitutivo no mundo contemporâneo**. *Ciência da Informação*, Brasília, D.F., v. 36 no.3, set./dez. 2007.
- Cartilha Desinformação\_ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news **Intervozes.pdf**. Disponível em: <<https://app.rios.org.br/index.php/s/p9HoCNpPoPYQJc5>>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CAZETTA, Jhonny Póvoa. **O Fact-Checking Luso-Brasileiro: Uma Análise dos Fact-Checkings credenciados no Brasil e em Portugal pela International Fact-Checking Network**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116321/2/294542.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; PRADO, Rafael Oliveira do. **Erros nos jornais: aspecto ético e fator de comprometimento de qualidade técnica**. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 28, 2005, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo/Rio de Janeiro: INTERCOM/UERJ, 2005.

CIBIAN, Fernanda del Gobbo Santos. **Inteligência artificial na detecção de fake news : uma revisão sistemática.** Ufpr.br, 2021.

COZMAN, Fábio Gagliard. **Inteligência Artificial:** uma utopia, uma distopia. n. 17, 1 jan. 2018.

MONTEIRO, Vitor de Andrade; RUBIO, Rafa. **DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022:** a atuação do Tribunal Superior Eleitoral em um contexto de conflito informativo. Caderno CRH, v. 37, p. e024005–e024005, 17 maio 2024.

DELMAZO, Caroline.; VALENTE, Jonas. C. L. **Fake news on online social media: propagation and reactions to misinformation in search of clicks.** *Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 155–169, 2018.

DI FELICE, Massimo. **Depois do natural e do artificial. As hiperinteligências, os LLM's e as qualidades conectivas da episteme do terceiro milênio.** NEUTZLING, I. **Depois da Inteligência Artificial.** São Leopoldo: IHU ideias, 2023. p. 33-50.

DI FELICE, Massimo. **Nem humanas nem artificiais:** 10 pontos para entender a ChatGPT e as qualidades conectivas das hiperinteligências, 2023.

ELMBORG, James. **Critical information literacy: Implications for instructional practice.** *The Journal of Academic Librarianship*, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

FALLIS, Don. **What Is Disinformation?** *Library Trends*, v. 63, n. 3, p. 401–426, 2015.

FELDMAN, Brandon. **Como Google e YouTube estão investindo na checagem de fatos.** Disponível em: <[https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/como-google-e-youtube-estao-investindo-na-checagem-de-fatos/?utm\\_source=chatgpt.com](https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/como-google-e-youtube-estao-investindo-na-checagem-de-fatos/?utm_source=chatgpt.com)>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas.** São Paulo: EDUC\ Fortaleza: Armazém de Cultura, 2018.

FERRARI, Pollyana. **FactCheck.org e Educamidia no PUC CHECK.** Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=auG1EAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=FactCheck.org>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FREIRE, Thiago Freire Andre.; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO CURSO DE COMUNICAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO **Agências de checagem de o trabalho de combate à desinformação> um estudo de caso dos projetos comprova e Fato ou Fake.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31160>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BOMFIM, Emily. **IFCN: entenda tudo sobre a Aliança Internacional de Checagem de Fatos.** Politize, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/alianca-internacional-de-checagem-de-fatos-entenda/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

KAUFMAN, Dora. **Inteligência artificial:** Repensando a mediação. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 67621–67639, 2020.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. 2013.

MORIN, Edgar. **O Método 4**. As ideias. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

NILSSON, Nils John. **The quest for artificial intelligence: a history of ideas and achievements**. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wFvBeU1jVwIC&oi=fnd&pg=PA7&dq=Os+Meios+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o+como+Extens%C3%B5es+do+Homem&ots=K4uLF\\_emk2&sig=a9f3wCtjvgP6OK5Ed-wTuWoWXBI#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wFvBeU1jVwIC&oi=fnd&pg=PA7&dq=Os+Meios+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o+como+Extens%C3%B5es+do+Homem&ots=K4uLF_emk2&sig=a9f3wCtjvgP6OK5Ed-wTuWoWXBI#v=onepage&q&f=false)>.

Acesso em: 5 mar. 2025.

RODRIGUES, Lucas Andrey Rodrigues.; SERSCHÖN, Márcia Vorpapel.; PEREIRA, Pâmela Francieli. Corrêa. **Mídia alternativa digital e a checagem de fatos**:: Revista Primeira Escrita, v. 10, n. n.1, p. 81–88, 21 jul. 2023.

SCHLEMMER, Eliane. O protagonismo ecológico-conectivo e a emergência das hiperinteligências no Paradigma da Educação OnLife. NEUTZLING, I. **Depois da Inteligência Artificial**. São Leopoldo: IHU ideias, 2023. p. 53-83.

SERRANO, Pascual. **Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo**. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

SILVA, Thiago Dias; OLIVEIRA, Luciana Duarte. **O MONOPÓLIO DA VERDADE NA ERA DAS FAKE NEWS**. Ratio Juris, v. 14, n. 28, p. 109–126, 2019.

**Sobre a ANDI - ANDI - Comunicação e Direitos**. Disponível em:

<<https://andi.org.br/sobre/?soa=4>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

**Sobre o projeto**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/sobre>>.

SUD, Avneesh;BABAKAR, Mevan. **Novos recursos chegam ao Fact Check Explorer**.

Disponível em:

<<https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/novos-recursos-chegam-ao-fact-check-explorer/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

TARDÁGUILA, Cristina. **depoimento** [Out. 2016]. Entrevistador Kássia Nobre dos Santos, Rio de Janeiro, 2016. mp3. (49mim).

TAVARES, Luis. Antônio.; MEIRA, Matheus Cravalho Meira.; AMARAL, Sérgio Ferreira do. **Inteligência Artificial na Educação**: Survey. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 48699–48714, 2020.

TOMAÉL, Maria Inês. et al. **CrITÉrios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet**. In: TOMAÉL, M. I.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). Avaliação de fontes de informação na internet. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do jornalismo, volume II: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

DOS SANTOS, Kassia. **A rede de checagem da agência Lupa**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p59/41756>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

DA SILVA, Maurílio. **Desinformação Eleitoral em Plataformas Digitais: O Caso do e-Título Espião**. Disponível em: <<https://revistacomunicando.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/306/215>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

WU, Tianyu. *et al.* **A Brief Overview of ChatGPT: The History, Status Quo and Potential Future Development**. IEEE/CAA Journal of Automatica Sinica, v. 10, n. 5, p. 1122–1136, maio 2023.

ZATTAR, Marianna. **Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação** | Information literacy and disinformation: criteria for evaluating the content of information sources. Liinc em Revista, v. 13, n. 2, 1 dez. 2017.

BELEM, Fabiano Meirelis. **Fato ou boato: os parâmetros utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral para definição e remoção de conteúdo desinformativo nas eleições presidenciais de 2022**. 2023. 136 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

D'ANCONA, Mathew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fakenews**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

BAUDRILLARD, Jean. **Televisão/Revolução: O Caso Romênia**. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro, 1993.

GIACOIA, Oswaldo. (2017). **E se o erro, a fabulação, o engano revelarem-se tão essenciais quanto a verdade?** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859994-e-se-o-erro-a-fabulacao-o-engano-revelarem-se-tao-essenciais-quanto-a-verdade.shtml>

KREITNER, Robert. (2018). **Post-truth and its consequences: what a 25-year-old essay tells us about the current moment**. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/post-truth-and-its-consequences-what-a-25-year-old-essay-tells-us-about-the-current-moment/>

BATISTA, Guilherme Martins Machado. **Reflexos da desinformação no Brasil: como a checagem de fatos contribui para a exposição da verdade**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.